DIÁRIO OFICIAL

DO DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA, sexta-feira, 21 de agosto de 1987 — ANO XII — Nº 158

SUMÁRIO

PÁGINA

ATOS DO GOVERNADOR 1

SECRETARIA DO GOVERNO 9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 9

SECRETARIA EXT DA HABITAÇÃO 10

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS 11

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS 11

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA 12

TRIBUNAL DE CONTAS 12

EDITAIS, AVISOS E DECLARAÇÕES 17

ATOS DO GOVERNADOR

DECRETOS

DECRETO Nº 10.665 DE 21 DE AGOSTO DE 1987

Dá nova redação ao artigo 8º e seu Parágrafo único do Decreto nº 7.687, de 22 de setembro de 1983, que dispõem sobre cálculo da Contribuição pela Utilização do Terminal por empresa de transporte coletivo urbano.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e

considerando a introdução, no transporte coletivo urbano, de uma nova modalidade de remuneração das empresas, através da implantação do Caixa Único do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 9.268, de 13 de fevereiro de 1986,

DECRETA:

Art. 1º — O artigo 8º do Decreto nº 7.687, de 22 de setembro de 1983, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º — A Contribuição pela Utilização do Terminal, devida pelas empresas do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal, incide sobre a receita de cada linha, calculada de acordo com a respectiva modalidade de remuneração, conforme relatório estatístico mensal encaminhado pelo Departamento de Transportes Urbanos.

§ 1º — Os relatórios estatísticos a que se refere este artigo serão remetidos às Administrações Regionais e à Administração da Estação Rodoviária de Brasília até o último dia útil do mês subseqüente ao vencido.

§ 2º — Na impossibilidade do cumprimento do prazo estabelecido no parágrafo anterior, o Departamento de Transportes Urbanos dará ciência do fato aos órgãos arrecadadores, que farão a cobrança pelo valor do mês anterior e compensarão eventuais diferenças no primeiro pagamento subsequente".

Art. 2º — A metodologia de que trata o artigo anterior será aplicada a partir do mês de publicação deste Decreto.

Art. 3º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de agosto de 1987
99º da República e 28º de Brasília.

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA
Governador do Distrito Federal

CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS
JOSÉ CARLOS MELLO

DECRETO Nº 10.669 DE 21 DE AGOSTO DE 1987

Abre crédito suplementar no valor de Cz$ 13.746.000,00 (treze milhões, setecentos e quarenta e seis mil cruzados), às dotações do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, item I, da Lei nº 7.546, de 03 de dezembro de 1986, combinado com o art, 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, e tendo em vista o que consta no Processo nº 030.006786/87,

DECRETA:

Art. 1º — Fica aberto à Secretaria da Educação o crédito suplementar no valor de Cz$ 13.746.000,00 (treze milhões, setecentos e quarenta e seis mil cruzados) nas seguintes dotações orçamentárias:

16001.08070212.036 — Coordenação do Planejamento do Sistema Educacional
009 — 3111.01 — Vencimentos e Vantagens Fixas 13.066.000,00
009 — 3111.02 — Despesas Variáveis 397.000,00
009 — 3253.00 — Salário-Família 283.000,00

Art. 2º — O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43. § 1º, item II, da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, pelo Excesso de Arrecadação proveniente das Transferências da União, conforme Decreto nº 94.484 de 17 de junho de 1987.

Art. 3º — O valor a que se refere o presente Decreto integrará o 3º trimestre das Cotas Trimestrais de Despesa vigentes.

Art. 4º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de agosto de 1987
99º da República e 28º de Brasília.
JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS
MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO
ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL

DECRETO Nº 10.670 DE 21 DE AGOSTO DE 1987

Abre crédito suplementar no valor de Cz$ 5.000,00 (cinco mil cruzados), à dotação do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, item I, da Lei nº 7.546, de 03 de dezembro de 1986, combinado com o art. 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, e tendo em vista o que consta no Processo nº 030.006926/87,

26 DE SETEMBRO — VACINE SEUS CÃES E GATOS CONTRA A RAIVA

MATERIAS PARA PUBLICAÇÃO

a entrega de matérias para publicação no "Diário Oficial" será feita na Divisão de Divulgação da SEA, 3° andar do Anexo I do Palácio do Buriti, de 8 às 12 e de 14 às 15 horas.

ASSINATURAS

As assinaturas para fora da Capital da República somente serão anuais.

— As assinaturas vencidas serão suspensas sem prévio aviso.

— Para evitar interrupção na remessa do órgão oficial, a renovação de assinatura deve ser solicitada com 30 (trinta) dias de antecedência.

— As assinaturas dos órgãos públicos serão anuais e deverão ser renovadas até 31 de janeiro de cada ano.

Os suplementos às edições serão vendidos separadamente na Seção de Distribuição no 3° andar, sala 313, do Anexo do Buriti.

— Os pedidos de assinaturas de servidores devem ser encaminhados com comprovante de sua situação funcional.

GDF
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIÁRIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL

Órgão Oficial de Divulgação do Governo do Distrito Federal. Editado pela Divisão de Divulgação da SEA.

DIRETOR
ANTÔNIO CASTELO BRANCO

Redação e Administração:
Anexo I do Palácio do Buriti - 3° andar
Composição e impressão nas oficinas do "Jornal de Brasília"

TELEFONES:

REDAÇÃO: Direto: 225-7803
PABX: - 225-6830 - Ramal 312
DISTRIBUIÇÃO: PABX: 225-6830
Ramal: 212
OFICINAS - Direto - 226-4357.
PABX: - 225-2515 - Ramal 171

ASSINATURAS
REPARTIÇÕES E PARTICULARES
Anual ..... Cz$ 420,00
Semestral ..... Cz$ 210,00
FUNCIONÁRIOS
Anual ..... Cz$ 210,00
Para remessa através da ECT:
Anual ..... Cz$ 520,00
Semestral ..... Cz$ 260,00
MATÉRIA PAGA
Página inteira ..... Cz$ 1.904,00
Por centímetro de coluna ..... Cz$ 29,75
NÚMERO AVULSO

O preço do número avulso figura na última página de cada exemplar.

— O preço do exemplar atrasado será acrescido de 50% do valor fixado.

DECRETA:

Art. 1° — Fica aberto à Secretaria da Cultura o crédito suplementar no valor de Cz$ 5.000,00 (cinco mil cruzados) na seguinte dotação orçamentária:

23001.08480212.137 — Administração, Planejamento, Execução e Controle do Sistema Cultural
000 — 3253.00 — Salário-Família 5.000,00

Art. 2° — O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1°, item II, da Lei n° 4.320 de 17 de março de 1964, pelo Excesso de Arrecadação.

Art. 3° — O valor a que se refere o presente Decreto integrará o 3° trimestre das Cotas Trimestrais de Despesa vigentes.

Art. 4° — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de agosto de 1987.
99° da República e 28° de Brasília.
JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS
MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO
ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL

DECRETO N° 10.671 DE 21 DE AGOSTO DE 1987

Abre crédito suplementar no valor de Cz$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzados), à dotação do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8°, item I, da Lei n° 7.546, de 03 de dezembro de 1986, combinado com o art, 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei n° 4.320 de 17 de março de 1964, e tendo em vista o que consta no Processo n° 030.003477/87,

DECRETA:

Art. 1° — Fica aberto ao Serviço Autônomo de Limpeza Urbana — SLU o crédito suplementar no valor de Cz$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzados) na seguinte dotação orçamentária:

20004.10600251.120 — Implantação do Plano de Destinação Sanitária do Lixo
000 — 4110.00 — Obras e Instalações 25.000.000,00

Art. 2° — O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1°, item II, da Lei n° 4.320 de 17 de março de 1964, pelo Excesso de Arrecadação.

Art. 3° — O valor a que se refere o presente Decreto integrará o 3° trimestre das Cotas Trimestrais de Despesa vigentes.

Art. 4° — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de agosto de 1987
99° da República e 28° de Brasília,
JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS
MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO
ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL

DECRETO N.o 10.672 DE 21 DE agosto DE 19 87

Abre crédito suplementar no valor de Cz$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzados), às dotações do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, item I, da Lei nº 7.546 de 03 de dezembro de 1.986, combinado com o art. 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964 e tendo em vista o que consta no processo nº 062.000697/87,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto ao Instituto de Saúde do Distrito Federal o crédito suplementar no valor de Cz$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzados) nas seguintes dotações orçamentárias:

17003.13750212.095 - Execução das Atividades de Biologia Médica e Combate as Endemias

090 - 3111.02	- Despesas Variáveis.....	50.000,00
090 - 3132.00	- Outros Serviços e Encargos.....	450.000,00
090 - 4120.00	- Equipamentos e Material Permanente.....	500.000,00

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, item II, da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964, pelo Excesso de Arrecadação proveniente do Contrato nº 009/87 - FAE, firmado entre a Fundação de Assistência ao Estudante - FAE e o GDF, através da Secretaria de Saúde.

Art. 3º - A despesa decorrente do presente Decreto será ajustada ao valor da efetiva e correspondente arrecadação, procedendo-se ao final do exercício a reversão ou o cancelamento da diferença que houver sido empenhada.

Art. 4º - O valor a que se refere o presente Decreto integrará o 3º trimestre das Cotas Trimestrais de Despesa vigentes.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de agosto de 1987.
99º da República e 28º de Brasília.

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO

ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL

DECRETO N.o 10.673 DE 21 DE agosto DE 19 87

Abre crédito suplementar no valor de Cz$ 35.000,00 (trinta e cinco mil cruzados), à dotação do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, item I, da Lei nº 7.546 de 03 de dezembro de 1.986, combinado com o art. 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964 e tendo em vista o que consta no processo nº 030.007430/87,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto à Secretaria do Governo o crédito suplementar no valor de Cz$ 35.000,00 (trinta e cinco mil cruzados) na seguinte dotação orçamentária:

13001.03090212.010 - Coordenação das Atividades de Planejamento, Orçamento e Modernização da Ação Governamental

000 - 3253.00 - Salário-Família..... 35.000,00

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, item II, da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964, pelo Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - O valor a que se refere o presente Decreto integrará o 3º trimestre das Cotas Trimestrais de Despesa vigentes.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de agosto de 1987.
99º da República e 28º de Brasília.

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO

ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL

DECRETO N.o 10.674 DE 21 DE agosto DE 19 87

Abre crédito suplementar no valor de Cz$ 250.000,00 (duzentos e cinqüenta mil cruzados), à dotação do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, item I, da Lei nº 7.546 de 03 de dezembro de 1.986, combinado com o art. 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964 e tendo em vista o que consta no processo nº 030.006848/87,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto à Secretaria de Administração o crédito suplementar no valor de Cz$ 250.000,00 (duzentos e cinqüenta mil cruzados) na seguinte dotação orçamentária:

14001.03070212.028 - Direção e Coordenação dos Sistemas Administrativos

000 - 3253.00 - Salário-Família..... 250.000,00

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, item II, da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964, pelo Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - O valor a que se refere o presente Decreto integrará o 3º trimestre das Cotas Trimestrais de Despesa vigentes.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de agosto de 1987.
99º da República e 28º de Brasília.

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO

ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL

DECRETO N.o 10.675 DE 21 DE agosto DE 19 87

Abre crédito suplementar no valor de Cz$ 170.000,00 (cento e setenta mil cruzados), à dotação do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, item I, da Lei nº 7.546 de 03 de dezembro de 1.986, combinado com o art. 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964 e tendo em vista o que consta no processo nº 030.007286/87,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto à Secretaria de Finanças o crédito suplementar no valor de Cz$ 170.000,00 (cento e setenta mil cruzados) na seguinte dotação orçamentária:

15001.03080212.035 - Administração e Controle Fazendário

000 - 3111.02 - Despesas Variáveis..... 170.000,00

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, item II, da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964, pelo Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - O valor a que se refere o presente Decreto integrará o 3º trimestre das Cotas Trimestrais de Despesa vigentes.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de agosto de 1987.
99º da República e 28º de Brasília.

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS
MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO

ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL

DECRETO N.o 10.676 DE 21 DE agosto DE 19 87

Abre crédito suplementar no valor de Cz$ 800.000,00 (oitocentos mil cruzados), às dotações do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, item I, da Lei nº 7.546 de 03 de dezembro de 1.986, combinado com o art. 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964 e tendo em vista o que consta no processo nº 030.006863/87,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto à Região Administrativa IV-Brazlândia o crédito suplementar no valor de Cz$ 800.000,00 (oitocentos mil cruzados) nas seguintes dotações orçamentárias:

13006.03070212.019	- Administração Governamental em Brazlândia	
000 - 3111.01	- Vencimentos e Vantagens Fixas.	550.000,00
000 - 4120.00	- Equipamentos e Material Permanente.....	250.000,00

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, item II, da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964, pelo Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - O valor a que se refere o presente Decreto integrará o 3º trimestre das Cotas Trimestrais de Despesa vigentes.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de agosto de 1987.
99º da República e 28º de Brasília.

JOSE APARECIDO DE OLIVEIRA

CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO

ARLECIO ALEXANDRE GAZAL

DECRETO N.o 10.677 DE 21 DE agosto DE 19 87

Abre crédito suplementar no valor de Cz$ 35.000,00 (trinta e cinco mil cruzados), à dotação do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, item I, da Lei nº 7.546 de 03 de dezembro de 1.986, combinado com o art. 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964 e tendo em vista o que consta no processo nº 030.007161/87,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto à Administração do Setor Residencial, Indústria e Abastecimento o crédito suplementar no valor de Cz$ 35.000,00 (trinta e cinco mil cruzados) na seguinte dotação orçamentária:

13009.03070212.025	- Administração Governamental no Setor Residencial, Indústria e Abastecimento	
000 - 3253.00	- Salário-Família.....	35.000,00

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, item II, da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.f964, pelo Excesso de Arrecadação.

art. 3º - O valor a que se refere o presente Decreto integrará as Cotas Trimestrais de Despesa vigentes.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de agosto de 1987.
99º da República e 28º de Brasília.

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO

ARLECIO ALEXANDRE GAZAL

DECRETO N.o 10.678 DE 21 DE agosto DE 19 87

Abre crédito suplementar no valor de Cz$ 55.000,00 (cinqüenta e cinco mil cruzados), às dotações do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, item I, da Lei nº 7.546 de 03 de dezembro de 1.986, combinado com o art. 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964 e tendo em vista o que consta no processo nº 138.001123/87,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto à Administração de Ceilândia o crédito suplementar no valor de Cz$ 55.000,00 (cinqüenta e cinco mil cruzados) nas seguintes dotações orçamentárias:

13010.03070212.017	- Administração Governamental em Ceilândia	
000 - 3111.02	- Despesas Variáveis.....	35.000,00
000 - 3253.00	- Salário-Família.....	20.000,00

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, item II, da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964, pelo Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - O valor a que se refere o presente Decreto integrará o 3º trimestre das Cotas Trimestrais de Despesa vigentes.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de agosto de 1987.
99º da República e 28º de Brasília.

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO

ARLECIO ALEXANDRE GAZAL

DECRETO N.o 10.679 DE 21 DE agosto DE 19 87

Abre crédito suplementar no valor de Cz$ 20.000,00 (vinte mil cruzados), à dotação do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, item I, da Lei nº 7.546 de 03 de dezembro de 1.986, combinado com o art. 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964 e tendo em vista o que consta no processo nº 030.007440/87,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto à Região Administrativa V - Sobradinho o crédito suplementar no valor de Cz$ 20.000,00 (vinte mil cruzados) na seguinte dotação orçamentária:

13007.03070212.021 - Administração Governamental em Sobradinho

000 - 3253.00 - Salário-Família..... 20.000,00

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, item II, da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964, pelo Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - O valor a que se refere o presente Decreto integrará o 3º trimestre das Cotas Trimestrais de Despesa vigentes.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de agosto de 1987.
99º da República e 28º de Brasília.

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO

ARLECIO ALEXANDRE GAZAL

DECRETO N.o 10.680 DE 21 DE agosto DE 1987

Abre crédito suplementar no valor de Cz$ 450.000,00 (quatrocentos e cinqüenta mil cruzados), às dotações do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, item I, da Lei nº 7.546 de 03 de dezembro de 1.986, combinado com o art. 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964 e tendo em vista o que consta no processo nº 030.007092/87,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto ao Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação o crédito suplementar no valor de Cz$.. 450.000,00 (quatrocentos e cinqüenta mil cruzados) nas seguintes dotações orçamentárias:

11003.08460212.006 - Planejamento, Promoção e Coordenação da Política de Educação Física, Desportos e Recreação

000 - 3111.01 - Vencimentos e Vantagens Fixas 100.000,00
000 - 3113.00 - Obrigações Patronais..... 350.000,00

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, item II, da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964, pelo Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - O valor a que se refere o presente Decreto integrará o 3º trimestre das Cotas Trimestrais de Despesa vigentes.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de agosto de 1987.
99º da República e 28º de Brasília.

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO

ARLECIO ALÉXANDRE GAZAL

DECRETO N.o 10.681 DE 21 DE agosto DE 19 87

Abre crédito suplementar no valor de Cz$ 120.000,00 (cento e vinte mil cruzados), às dotações do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, item I, da Lei nº 7.546 de 03 de dezembro de 1.986, combinado com o art. 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964 e tendo em vista o que consta no processo nº 132.001116/87,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto à Região Administrativa III - Taguatinga o crédito suplementar no valor de Cz$ 120.000,00 (cento e vinte mil cruzados) nas seguintes dotações orçamentárias:

13005.03070212.016 - Administração Governamental em Taguatinga

000 - 3111.02 - Despesas Variáveis..... 60.000,00
000 - 3253.00 - Salário-Família..... 60.000,00

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, item II, da Lei nº 4.320 de 17 de 1.964, pelo Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - O valor a que se refere o presente Decreto integrará o 3º trimestre das Cotas Trimestrais de Despesa vigentes.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de agosto de 1987.
99º da República e 28º de Brasília.

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO

ARLECIO ALÉXANDRE GAZAL

DECRETO N.o 10.682 DE 21 DE agosto DE 19 87

Abre crédito suplementar no valor de Cz$ 4.555.000,00 (quatro milhões quinhentos e cinquenta e cinco mil cruzados), às dotações do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, item I, da Lei 7.546, de 03 de dezembro de 1.986, combinado com o art. 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964 e tendo em vista o que consta no processo nº 030.007149/87,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto à Procuradoria Geral o crédito suplementar no valor de Cz$ 4.555.000,00 (quatro milhões,quinhentos e cinquenta e cinco mil cruzados) nas seguintes dotações orçamentárias:

12001.03070142.009 - Defesa do Interesse Público

000 - 3111.01	- Vencimentos e Vantagens Fixas.....	4.500.000,00
000 - 3111.02	- Despesas Variáveis.....	40.000,00
000 - 3253.00	- Salário Família.....	15.000,00

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, item II, da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964, pelo Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - O valor a que se refere o presente Decreto integrará o 3º trimestre das Cotas Trimestrais de Despesa vigentes.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de agosto de 1.987.
99º da República e 28º de Brasília.

JOSE APARECIDO DE OLIVEIRA

CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO

ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL

DECRETO N.o 10.683 DE 21 DE agosto DE 19 87

Abre crédito suplementar no valor de Cz$ 800.000,00 (oitocentos mil cruzados), às dotações do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, item I, da Lei nº 7.546 de 03 de dezembro de 1.986, combinado com o art. 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964 e tendo em vista o que consta no processo nº 030.007879/87,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto ao Gabinete do Governador o crédito suplementar no valor de Cz$ 800.000,00 (oitocentos mil cruzados) nas seguinte dotações orçamentárias:

11001.03070202.003 - Assessoramento Superior

000 - 3111.01	- Vencimentos e Vantagens Fixas	200.000,00
000 - 3111.02	- Despesas Variáveis.....	300.000,00
000 - 3253.00	- Salário-Família.....	50.000,00

11001.03070202.099 - Assessoramento Militar

000 - 3112.01	- Vencimentos e Vantagens Fixas	250.000,00

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, item II, da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964, pelo Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - O valor a que se refere o presente Decreto integrará o 3º trimestre das Cotas Trimestrais de Despesa vigentes.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de agosto de 1987.
99º da República e 28º de Brasília.

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAUJO

ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL

DECRETO N.o 10.684 DE 21 DE agosto DE 19 87

Abre crédito suplementar no valor de Cz$ 2.070.000,00 (dois milhões e setenta mil cruzados), às dotações do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, item I, da Lei nº 7.546 de 03 de dezembro de 1.986, combinado com o art. 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964 e tendo em vista o que consta no processo nº 030.007160/87,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto à Secretaria de Viação e Obras o crédito suplementar no valor de Cz$ 2.070.000,00 (dois milhões e setenta mil cruzados) nas seguintes dotações orçamentárias:

19001.10070212.048 - Desenvolvimento das Atividades Viárias, Imobiliárias, de Arquitetura e Urbanismo e de Edificações

000 - 3253.00	- Salário-Família	70.000,00

19001.16915751.101 - Implantação de Vias e Obras Complementares de Urbanização no Distrito Federal

000 - 4110.00	- Obras e Instalações.....	2.000.000,00

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, item II,da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964, pelo Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - O valor a que se refere o presente Decreto integrará o 3º trimestre das Cotas Trimestrais de Despesa vigentes.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de agosto de 1987.
99º da República e 28º de Brasília.
JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO
ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL

DECRETO N.o 10.685 DE 21 DE agosto DE 19 87

Abre crédito suplementar no valor de Cz$ 40.000,00 (quarenta mil cruzados), à dotação do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, item I, da Lei nº 7.546, de 03 de dezembro de 1.986, combinado com o art. 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964 e tendo em vista o que consta no processo nº 135.000383/87,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto à Região Administrativa VI- Planaltina o crédito suplementar no valor de Cz$ 40.000,00 (quarenta mil cruzados) na seguinte dotação orçamentária:

13008.03070212.023 - Administração Governamental em Planaltina

000 - 3111.02 - Despesas Variáveis..... 40.000,00

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, item II, da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964, pelo Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - O valor a que se refere o presente Decreto integrará o 3º trimestre das Cotas Trimestrais de Despesa vigentes.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de agosto de 1.987.
99º da República e 28º de Brasília.

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO

ARLECIO ALEXANDRE GAZAL

DECRETO N.o 10.686 DE 21 DE agosto DE 19 87

Abre crédito suplementar no valor de Cz$ 1.550.000,00 (Hum milhão e quinhentos e cinquenta mil cruzados), às dotações do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, item I, da Lei nº 7.546, de 03 de dezembro de 1.986, combinado com o art. 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964 e tendo em vista o que consta no processo nº 031.000580/87,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto ao Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos o crédito suplementar no valor de Cz$..... 1.550.000,00 (Hum milhão, quinhentos e cinquenta mil cruzados) nas seguintes dotações orçamentárias:

14002.03070212.034 - Desenvolvimento de Recursos Humanos

000 - 3111.01 - Vencimentos e Vantagens Fixas..... 1.000.000,00

000 - 3111.02 - Despesas Variáveis..... 250.000,00

000 - 3113.00 - Obrigações Patronais..... 300.000,00

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, item II, da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964, pelo Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - O valor a que se refere o presente Decreto integrará o 3º trimestre das Cotas Trimestrais de Despesa vigentes.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de agosto de 1.987.
99º da República e 28º de Brasília.

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO

ARLECIO ALEXANDRE GAZAL

DECRETO N.o 10.687 DE 21 DE agosto DE 19 87

Abre crédito suplementar no valor de Cz$ 2.272.000,00 (dois milhões, duzentos e setenta e dois mil cruzados), às dotações do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, item I, da Lei nº 7.546 de 03 de dezembro de 1.986, combinado com o art. 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964 e tendo em vista o que consta no processo nº 030.007287/87,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto à Secretaria de Serviços Sociais o crédito suplementar no valor de Cz$ 2.272.000,00 (dois milhões, duzentos e setenta e dois mil cruzados) nas seguintes dotações orçamentárias:

18001.15810212.045 - Planejamento e Coordenação da Política de Desenvolvimento Social

000 - 3111.01 - Vencimentos e Vantagens Fixas. 2.000.000,00

000 - 3111.02 - Despesas Variáveis..... 25.000,00

000 - 3253.00 - Salário-Família..... 7.000,00

18001.15813162.145 - Planejamento, Coordenação e Controle da Política de Habitação

000 - 4120.00 - Equipamentos e Material Permanente..... 240.000,00

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, item II, da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964, pelo Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - O valor a que se refere o presente Decreto integrará as Cotas Trimestrais de Despesa, sendo Cz$ 2.032.000,00 (dois

milhões e trinta e dois mil cruzados) em Pessoal e Encargos Sociais, e duas parcelas iguais de Cz$ 120.000,00 (cento e vinte mil cruzados) em Despesas de Capital no 3º e 4º trimestre respectivamente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de agosto de 1987.
99º da República e 28º de Brasília.

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO

ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL

DECRETO N.o 10.688 DE 21 DE agosto DE 19 87

Abre crédito suplementar no valor de Cz$ 450.000,00 (quatrocentos e cinqüenta mil cruzados), à dotação do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, item I, da Lei nº 7.546 de 03 de dezembro de 1.986, combinado com o art. 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964 e tendo em vista o que consta no processo nº 030.008135/87,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto ao Gabinete do Governador o crédito suplementar no valor de Cz$ 450.000,00 (quatrocentos e cinqüenta mil cruzados) na seguinte dotação orçamentária:

11001.03070202.003 - Assessoramento Superior

000 - 4120.00 - Equipamentos e Material Permanente..... 450.000,00

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, item II, da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964, pelo Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - O valor a que se refere o presente Decreto integrará o 3º trimestre das Cotas Trimestrais de Despesa vigentes.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de agosto de 1987.
99º da República e 28º de Brasília.

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO

ARLECIO ALEXANDRE GAZAL

DECRETO N.o 10.689 DE 21 DE agosto DE 19 87

Altera valores das Cotas Trimestrais de Despesa, relativas ao exercício de 1987.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 20, inciso II, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta nos processos nºs. 030.008907/87, 030.008906/87, 030.008701/87, 030.008700/87,

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam alteradas na forma dos quadros anexos, as Cotas Trimetrais de Despesa, relativas ao exercício de 1987, da Secretaria de Finanças, Secretaria de Viação e Obras - Entidades Supervisionadas e Secretaria do Trabalho.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de agosto de 1987.
99º da República e 28º de Brasília.

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO

ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DO GOVERNO - **COTAS TRIMESTRAIS DE DESPESA**

01

CÓDIGO	UNIDADES	VALOR POR TRIMESTRE Cz$ 1,00				TOTAL
		1ºTRIMESTRE	2ºTRIMESTRE	3ºTRIMESTRE	4ºTRIMESTRE	
15001	SECRETARIA DE FINANCAS	148.970.930	322.514.446	955.499.894	389.611.561	1.816.596.831
	- Pessoal e Encargos Sociais	32.995.884	60.915.804	64.558.708	- 0 -	158.470.396
	- Outras Despesas Correntes	67.418.016	85.247.834	156.699.286	- 0 -	309.365.136
	- Despesas de Capital	48.557.030	176.350.808	734.241.900	389.611.561	1.348.761.299
19002	SECRETARIA DE VIACÃO E OBRAS - ENTIDADES SUPERVISIONADAS	55.020.000	118.875.547	150.278.095	1.000.000	325.173.642
	COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP					
	- Pessoal e Encargos Sociais	38.000.000	84.500.000	90.000.000	- 0 -	212.500.000
	- Outras Despesas Correntes	997.000	3.082.795	500.000	- 0 -	4.579.795
	- Despesas de Capital	760.000	500.000	500.000	- 0 -	1.760.000
	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL					
	- Pessoal e Encargos Sociais	12.902.000	23.332.000	24.996.000	- 0 -	61.230.000
	- Outras Despesas Correntes	2.361.000	5.000.000	23.181.859	1.000.000	31.542.859
	- Despesas de Capital	- 0 -	2.460.752	11.100.236	- 0 -	13.560.988

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DO GOVERNO **COTAS TRIMESTRAIS DE DESPESA**

02

CÓDIGO	UNIDADES	VALOR POR TRIMESTRE Cz$ 1,00				TOTAL
		1ºTRIMESTRE	2ºTRIMESTRE	3ºTRIMESTRE	4ºTRIMESTRE	
25001	SECRETARIA DO TRABALHO	1.938.037	6.111.288	8.312.675	320.000	16.684.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	1.241.454	1.914.638	2.593.908	- 0 -	5.750.000
	- Outras Despesas Correntes	695.583	3.988.952	5.648.465	300.000	10.633.000
	- Despesas de Capital	1.000	209.698	70.302	20.000	301.000

SECRETARIA DO GOVERNO

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA

ATOS DO ADMINISTRADOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 17 DE AGOSTO DE 1987

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista o disposto no item I, alínea "b", da Portaria nº 003/83-SEG, de 13 de janeiro de 1983,

RESOLVE:

DESIGNAR WALDYR VICENTE ROSA, Agente Administrativo, matrícula 15.187-4, Código SA-401.S, Classe "S", Referência NM-32, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir MARIA DO CARMO MENEZES, Chefe da Seção de Transportes e Administração de Sede/DAG/RA-III, matrícula 06.229-4, Código DAI-111.3, por motivo de férias regulamentares, relativas ao exercício de 1986, no período de 01 a 30.09.87.

Taguatinga-DF, 17 de agosto de 1987

ITAMAR SEBASTIÃO BARRETO

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO

ATOS DO ADMINISTRADOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 13 DE AGOSTO DE 1987

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE SOBRADINHO, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no item I, alínea "b", da Portaria nº 003/83-SEG, de 13 de janeiro de 1983,

RESOLVE:

DESIGNAR NELCY DE FÁTIMA LOULY, Agente Administrativo, matrícula 26.712-0, Código SA-401, Classe "A", Referência NM-17, da Tabela de Pessoal do Distrito Federal, para substituir MARIA ALVES OLIVEIRA, Chefe da Seção Finananceira, matrícula 12.040-5, Código DAI-111.3, por estar a titular respondendo pela Divisão de Administração Geral, da Administração Regional de Sobradinho, da Secretaria do Governo, do Distrito Federal, no período de 01 a 09 de agosto de 1987.

Sobradinho, 13 de agosto de 1987

HIRAM FERREIRA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 42 DE 21 DE AGOSTO DE 1987

Aprova Tabela de Preços de publicação de matérias e assinaturas do DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, usando da atribuição que lhe confere o artigo 6º do Decreto nº 3.282, de 15 de junho de 1976,

Considerando que o reajuste no preço de custo de publicação do DODF com a empresa concessionária dos serviços, a partir de abril último, foi da ordem de 192%,

RESOLVE:

1 — Aprovar a Tabela de Preços de publicação de materias e assinaturas do DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL, como se segue:

1.1 — Página inteira ..... Cz$ 1.904,00
Por centímetro de coluna ..... Cz$ 29,75

1.2 — Assinatura para Repartição e Particulares:
Anual ..... Cz$ 420,00
Semestral ..... Cz$ 210,00

1.3 — Assinatura para funcionários:
Anual ..... Cz$ 210,00

1.4 — Assinaturas remetidas pela Empresa Brasileira de Correios e Telegráfos — ECT:
— Anual ..... Cz$ 520,00
— Semestral ..... Cz$ 260,00

2 — Esta Portaria revoga a de nº 06, de 03 de fevereiro de 1987.

Brasília, 21 de agosto de 1987

PAULO CARVALHO XAVIER

ATOS DO CHEFE DO GABINETE

ORDEM DE SERVIÇO DE 17 DE AGOSTO DE 1987

O CHEFE DO GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, usando da competência que lhe foi subdelegada pelo item 2, alínea "a", da Portaria nº 86/84-SEA, de 11 de outubro de 1984, e o que consta do Processo nº 060.001234/87

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, ELSON ALVES FIGUEIRA, do emprego de médico, Código LT-NS-701. A Referência NS-05, Matrícula nº 26.252-8 da Tabela de Pessoal do Distrito Federal, a contar de 01 de agosto de 1987.

SALVANDIR FERREIRA DE LIMA

ORDEM DE SERVIÇO DE 18 DE AGOSTO DE 1987

O CHEFE DO GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, usando da competência que lhe foi subdelegada pelo item 2, alínea "a", da Portaria nº 86/84-SEA, de 11 de outubro de 1984, e o que consta do Processo nº 060.001255/87,

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, ROSÂNGELA VALENTE BRAGANÇA, do emprego de Médico, Código LT-NS-701.A, Referência NS-05, matrícula nº 27.359-7, da Tabela de Pessoal do Distrito Federal, a contar de 04 de agosto de 1987.

SALVANDIR FERREIRA DE LIMA

ORDEM DE SERVIÇO DE 18 DE AGOSTO DE 1987

O CHEFE DO GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, usando da competência que lhe foi subdelegada pelo item 2, alínea "a", da Portaria nº 86/84-SEA, de 11 de outubro de 1984, e o que consta do Processo nº 030.009382/87,

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, EDNEY MENDES BATISTA, do emprego de Motorista Oficial, Código LT-TP-601.B, Referência NM-23, matrícula nº 22.619-X, da Tabela de Pessoal do Distrito Federal, a contar de 17 de agosto de 1987.

SALVANDIR FERREIRA DE LIMA

COORDENAÇÃO NORMATIVA DO SISTEMA DE APOIO

ATOS DO COORDENADOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 14 DE AGOSTO DE 1987

O COORDENADOR NORMATIVO DOS SISTEMAS DE APOIO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, usando da competência que lhe foi subdelegada pelo item I, alínea "b", da Portaria nº 11/83-SEA, de 28 de março de 1983, e o que consta do Processo nº 030.001.458/87,

RESOLVE:

Conceder, nos termos do artigo 1º, da Lei nº 6.782, de 19 de maio de 1980, combinado com o artigo 3º, do Decreto-lei nº 2.224, de 09 de janeiro de 1985,

em consonância com o artigo 1°, da Lei n° 1.050, de 03 de janeiro de 1950, pensão especial vitalícia a JOELITA MARIA DE JESUS COTRIN, viúva, e temporária a GENILDE PINHEIRO COTRIM, GISLAINE PINHEIRO COTRIM, JUCILENE PINHEIRO COTRIM, JANETE PINHEIRO COTRIM e GILDETE PINHEIRO COTRIM RODRIGUES, filhas do ex-funcionário CLODOVINO PINHEIRO COTRIM, Agente de Portaria, Código TP-602.C, Referência NM-17, matrícula n° 03.812-1, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, a contar de 13 de janeiro de 1987.

CORINTO MIRANDA JÚNIOR
Coordenador Normativo
Respondendo

ORDEM DE SERVIÇO DE 17 DE AGOSTO DE 1987

O COORDENADOR NORMATIVO DOS SISTEMAS DE APOIO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, usando da competência que lhe foi subdelegada pelo item I, alínea "a", da Portaria n° 11/83-SEA, de 28 de março de 1983,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA, nos termos dos artigos 101, item III, e 165, item XX, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, com a redação dada pela Emenda Constitucional n° 18, de 30 de junho de 1981, no cargo de Professor de Ensino de 1° e 2° Graus, Código M-1001, nível 03, a DAYSE NUNES GONÇALVES, matrícula n° 04.803-8, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, com as vantagens previstas no artigo 184, item II, da Lei n° 1.711, de 28 de outubro de 1952, em consonância com a Lei n° 6.701, de 24 de outubro de 1979, acrescidos aos proventos a complementação salarial de que trata o artigo 29, e os incentivos funcionais previstos no artigo 30 da Lei n°6.366,de 15 de outubro de 1976,observando-se o limite constitucional estabelecido no artigo 102, Parágrafo 2°.

CORINTO MIRANDA JÚNIOR
Respondendo

ORDEM DE SERVIÇO DE 17 DE AGOSTO DE 1987

O COORDENADOR NORMATIVO DOS SISTEMAS DE APOIO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, usando da competência que lhe foi subdelegada pelo item I, alínea "a", da Portaria n° 11/83-SEA, de 28 de março de 1983,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA, nos termos dos artigos 101, item III, e 165, item XX, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, com a redação dada pela Emenda Constitucional n° 18, de 30 de junho de 1981, no cargo de Professor de Ensino de 1° e 2° Graus, Código M-1001, nível 03, a VERA BARRA CAMINHA, matrícula n° 03.616-1, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, com as vantagens previstas no artigo 184, item II, da Lei n° 1.711, de 28 de outubro de 1952, em consonância com a Lei n° 6.701, de 24 de outubro de 1979, acrescidos aos proventos a complementação salarial de que trata o artigo 29, e os incentivos funcionais previstos no artigo 30, da Lei n° 6.366, de 15 de outubro de 1976, observando-se o limite constitucional estabelecido no artigo 102, Parágrafo 2°.

CORINTO MIRANDA JÚNIOR
Coordenador Normativo
Respondendo

ORDEM DE SERVIÇO DE 17 DE AGOSTO DE 1987

O COORDENADOR NORMATIVO DOS SISTEMAS DE APOIO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, usando da competência que lhe foi subdelegada pelo item I, alínea "a", da Portaria n° 11/83-SEA, de 28 de março de 1983,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA, nos termos dos artigos 101, item III, e 165, item XX, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, com a redação dada pela Emenda Constitucional n° 18, de 30 de junho de 1981, no cargo de Professor de Ensino de 1° e 2° Graus, Código M-1001, nível 03, a EVA DE QUEIRÓZ MARTINS, matrícula n° 03.888-1, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, com as vantagens previstas no artigo 184, item II, da Lei n° 1.711, de 28 de outubro de 1952, em consonância com a Lei n° 6.701, de 24 de outubro de 1979, acrescida aos proventos a complementação salarial de que trata o artigo 29, da Lei n° 6.366, de 15 de outubro de 1976, observando-se o limite constitucional estabelecido no artigo 102, Parágrafo 2°.

CONRINTO MIRANDA JÚNIOR
Coordenador Normativo
Respondendo

ORDEM DE SERVIÇO DE 17 DE AGOSTO DE 1987

O COORDENADOR NORMATIVO DOS SISTEMAS DE APOIO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, usando da competência que lhe foi subdelegada pelo item I, alínea "a", da Portaria n° 11/83-SEA, de 28 de outubro de 1983,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA, nos termos dos artigos 176, item II, e 178, item I, letra "a" da Lei n° 1.711, de 28 de outubro de 1952, com a redação dada pela Lei n° 6.481, de 05 de dezembro de 1977, combinados com o artigo 3° do Decreto-lei n° 2.224, de 09 de janeiro de 1985, observados os artigos 101, item III, e 102, item I, alínea "a", da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Agente Administrativo, Código SA-401.S, Referência NM-32, a MOACYR AUGUSTO FIGUEIREDO, matrícula n° 04.259-5, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, com as vantagens previstas no artigo 184, item II, da Lei n° 1.711, de 28 de outubro de 1952, em consonância com a Lei n° 6.701, de 24 de outubro de 1979, observando-se o limite constitucional estabelecido no artigo 102, Parágrafo 2°.

CORINTO MIRANDA JÚNIOR
Respondendo

ORDEM DE SERVIÇO DE 20 DE AGOSTO DE 1987

O COORDENADOR NORMATIVO DOS SISTEMAS DE APOIO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, usando da competência que lhe foi subdelegada pelo item I, alínea "a", da Portaria n° 11/83-SEA, de 28 de março de 1983,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA, nos termos dos artigos 176, item II, e 178, item I, letra "a", da Lei n° 1.711, de 28 de outubro de 1952, com a redação dada pela Lei n° 6.481, de 05 de dezembro de 1977, em consonância com o disposto nos artigos 101, item III, e 165, item XX, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, com a redação dada pela Emenda Constitucional n° 18, de 30 de junho de 1981, no cargo de Professor de Ensino de 1° e 2° Graus, Código M-1001, nível 03, a CARLOS JOSÉ PEREIRA, matrícula n° 03.797-4, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, com as vantagens previstas no artigo 184, item II, da Lei n° 1.711, de 28 de outubro de 1952, em consonância com a Lei n° 6.701, de 24 de outubro de 1979, acrescida aos proventos a complementação salarial de que trata o artigo 29, da Lei n° 6.366, de 15 de outubro de 1976, observando-se o limite constitucional estabelecido no artigo 102, Parágrafo 2°.

CORINTO MIRANDA JÚNIOR
Respondendo

(Republicado por haver saido com incorreção no DODF de 20.08.87, pág. 06)

SECRETARIA EXT DA HABITAÇÃO

SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA - SHIS

ATOS DO PRESIDENTE

INSTRUÇÃO DE 17.08.87 — 128-SHIS

O PRESIDENTE DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. — SHIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Cláusula VIGÉSIMA QUINTA (25ª), item IX, do Contrato Social da Empresa e tendo em vista o item 6.8 do Plano de Cargos e Salários — PCS,

RESOLVE:

I — PROMOVER por ASCENSÃO, para a categoria profissional de MESTRE DE OBRAS, os seguintes servidores:

1 — SILVIA HELENA G. ROCHA STORNI, matrícula n° 12.013, Oficial de Gabinete;

2 — CARLOS ANTONIO PEREIRA, matrícula n° 11.796, Motorista, nível 02, Padrão "F";

3 — JÚLIO SÉRGIO BENEDITO, matrícula nº 11.615, Artífice Especializado, nível 04 Padrão "A";

4 — OSVALDO PEREIRA DA PAZ, matrícula nº 11.331, Artífice Especializado, nível 04 Padrão "B";

II — PROMOVER por ASCENSÃO, para a categoria profissional de AGENTE DE PORTARIA, os seguintes servidores:

1 — NATANAEL TAVARES DA SILVA, matrícula nº 11.544, Vigia, nível 01, Padrão "A";

2 — BENÍCIO BARBOSA DE OLIVEIRA, matrícula nº 11.554, Vigia, nível 01, Padrão "I".

III — Os efeitos desta Instrução terão vigência a partir da data de sua publicação.

Dê-se ciência e cumpra-se

Brasília, 17 de agosto de 1987

SADI ASSIS RIBEIRO FILHO

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA 009/87-SVO, DE 19 DE AGOSTO DE 1987

Altera o Anexo I da Portaria 007/87-SVO, de 08 de junho de 1987, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE VIAÇÃO E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

1 — O Anexo I da Portaria 007/87-SVO, de 08 de junho de 1987, publicada no DODF de 12 de junho de 1987, passa a vigorar com a nova redação do Anexo I desta Portaria.

2. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de agosto de 1987

CARLOS MAGALHÃES DA SILVEIRA

ANEXO I

SETOR	LOCAL	MAPA (1) (2ª ETAPA)	Nº POSSÍVEL DE BANCAS	DIAS	HORÁRIOS	GRUPOS
SCN	Bl. Varância 3000 (em frente ao Supermercado Panelão)	1-P	10	2ª a 6ª feira Sábados	8:00 às 18:00 hs 8:00 às 19:00 hs	I-II-III
SRVN	Prox.ao Bl.Brasília Radio Center	1-P	04	2ª a 6ª feira Sábados	8:00 às 18:00 hs 8:00 às 19:00 hs	I-IV
	Ponto de ônibus em frente à Rede Globo	1-P	02	2ª a 6ª feira	8:00 às 18:00 hs	II-III
SCRN	Av. W/3 Q. 703 a 705	2-P	15	2ª a 6ª feira	8:00 às 18:00 hs	I-II-III-IV
	Av. W/3 Q.706 a 710	3-P	17	2ª a 6ª feira	8:00 às 18:00 hs	I-II-III
	Av. W/3 Q.710 a 713	4-P	02	2ª a 6ª feira	8:00 às 18:00 hs	I-II-III
	Av. W/3 Q.713 a 716	5-P	04	2ª a 6ª feira	8:00 às 18:00 hs	I-II-III
SGAN	Q.907 (CELB)	6-P	04	2ª a 6ª feira Sábados	8:00 às 22:00 hs 8:00 às 18:00 hs	I
	Q.912/913	7-P	01	2ª a 6ª feira	8:00 às 18:00 hs	I
	Q.916	8-P	01	2ª a 6ª feira Sábados	8:00 às 18:00 hs 8:00 às 18:00 hs	I
	Via de ligação EPIA - Av. W/3 Norte	8-P	01	2ª a 6ª feira Sábados	8:00 às 18:00 hs 8:00 às 18:00 hs	I
SILE	Quadras Residênciais	9-P	13	2ª a 6ª feira Sábados	8:00 às 18:00 hs 8:00 às 18:00 hs	I-IV
	Feira Livre	9-P	08	3ª feira a domingo	8:00 às 18:00 hs	I-II-III-IV
SIA	Via IA-1	10-P	50	2ª a 6ª feira Sábados	8:00 às 18:00 hs 8:00 às 13:00 hs	I-IV
	Via IA-2	10-P	61	2ª a 6ª feira Sábados	8:00 às 18:00 hs 8:00 às 13:00 hs	I-IV
	Via IA-3	10-P	44	2ª a 6ª feira Sábados	8:00 às 18:00 hs 8:00 às 13:00 hs	I-IV
	Via IA-4	11-P	04	2ª a 6ª feira Sábados	8:00 às 18:00 hs 8:00 às 13:00 hs	I-IV
	Via IA-5	11-P	03	2ª a 6ª feira Sábados	8:00 às 18:00 hs 8:00 às 13:00 hs	I-IV
	Via IA-6	11-P	01	2ª a 6ª feira Sábados	8:00 às 18:00 hs 8:00 às 13:00 hs	I-IV

OBS; (1) proposta de locação das bancas

(2) Há restrições quanto a venda de produtos alimentícios pelo vendedor ambulante.

ANEXO I

SETOR	LOCAL	MAPA (1) (3ª etapa)	Nº POSSÍVEL DE BANCAS	DIAS	HORÁRIOS	GRUPOS
SBS	Entre o B.Brasil (conj.4) e o Eixo Rodoviário Sul	1-P	16	2ª a 6ª feira	8:00 às 18:00 hs	I-II-III-IV
	Ao lado do B.Brasil (conj.4)	1-P	10	2ª a 6ª feira	8:00 às 18:00 hs	I-II-III-IV
	Próximo ao Bl.Casa de São Paulo	1-P	08	2ª a 6ª feira	8:00 às 18:00 hs	I-II-III-IV
	Quadra 1 - Próximo ao Bl. Seguradoras (Bl.A)	1-P	03	2ª a 6ª feira	8:00 às 18:00 hs	I-II-III-IV
SBN	Próximo ao Bl.Central de Brasília	2-P	02	2ª a 6ª feira	8:00 às 18:00 hs	I
	Próximo ao Bl.Vale do Rio Doce	2-P	01	2ª a 6ª feira	8:00 às 18:00 hs	I
	Próximo ao Bl. Paulo Maurício	2-P	01	2ª a 6ª feira	8:00 às 18:00 hs	I
	Próximo ao Ponto de Ônibus no ERN/L	2-P	02	2ª a 6ª feira	8:00 às 18:00 hs	I
	Próximo ao Bl. da E.C.T	2-P	06	2ª a 6ª feira	8:00 às 18:00 hs	I
	Próximo ao Bl.Palácio do Desenvolvimento	2-P	04	2ª a 6ª feira	8:00 às 18:00 hs	I
	Galeria do Bl.Palácio do Desenvolvimento	2-P	02	2ª a 6ª feira	8:00 às 18:00 hs	I
	Área entre o Bl.Palácio do Desenvolvimento/Bl.Palácio da Agricultura	2-P	05	2ª a 6ª feira	8:00 às 18:00 hs	I
	Área Verde à margem do ERN/L	2-P	01	2ª a 6ª feira	8:00 às 18:00 hs	I
SDS	Praça em frente ao SDS	3-P	12	2ª a 6ª feira Sábados	8:00 às 18:00 hs 8:00 às 18:00 hs	I-II-III-IV
SDN	Praça em frente ao SDN	4-P	12	2ª a 6ª feira Sábados	8:00 às 18:00 hs 8:00 às 18:00 hs	I-II-III-IV
EMD	Esplanada da Torre	5-P	30	Sábados, Domingos e Feriados	8:00 às 19:00 hs	I
	Área entre a Rodoviária e a Av. W/3 N/S	6-P	85	Sábados, Domingos e Feriados	8:00 às 19:00 hs	I-II-III-IV

OBS; (1) proposta de locação de bancas.

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

ATOS DO SECRETÁRIO

PROCESSO Nº: 030.009352/87
INTERESSADO: SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS-SSP

Nos termos do artigo 22, inciso II, do Decreto nº 2.300, de 21 de novembro de 1986, em consonância com o Decreto-lei nº 2.348, de 24 de julho de 1987, e em observância ao disposto nos artigos 47, inciso II, e 51, Parágrafo 2º, das Normas de Execução Orçamentária e Financeira do Distrito Federal, aprovadas pelo Decreto nº 10.046, de 31 de dezembro de 1986, DISPENSO a licitação no valor de Cz$ 6.000,00 (seis mil cruzados) à conta da Dotação Orçamentária 20001.03070212.051 — COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES DE TRANSPORTES COLETIVOS, CONTROLE E ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, Subelemento de Despesa 3.1.3.2 — Outros Serviços e Encargos, objetivando o atendimento de despesas miúdas, de pronto pagamento, na forma conceituada pelo Decreto nº 7.287, de 10 de dezembro de 1982. Ficando a aplicação do presente suprimento de fundos e a respectiva prestação de contas, sob a responsabilidade do servidor JAIR CLARO DOS SANTOS, Agente Administrativo, Classe "S", Referência NM-31, Código SA-401, matrícula nº 01.107-X, da Tabela de Pessoal do Distrito Federal. Licitação dispensada com base no inciso II, artigo 22, do Decreto nº 2.300, de 21.11.86.

Brasília, 12 de agosto de 1987

JOSÉ CARLOS MELLO
Secretário de Serviços Públicos
do Distrito Federal

SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA

ATOS DO SUPERINTENDENTE

ORDEM DE SERVIÇO "SLU" Nº 041 DE 13 DE AGOSTO DE 1987

O SUPERINTENDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA DA SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

DETERMINAR a realização de PLANTÃO ESPECIAL, por parte da Gerência de Transportes e Equipamentos e Gerência de Operações (DMV /DLAN/DMC/DLAS/DLS), no dia 16.08.87, a fim de executar limpeza geral no Plano Piloto.

Brasília, 13 de agosto de 1987

BRASIL AMÉRICO LOULY CAMPOS

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 08 DE JUNHO DE 1987

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, item I, alínea "a", do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982,

RESOLVE:

Nomear FRANCISCO MONT'ALVERNE PIRES, para exercer o Cargo em Comissão, Código DAS-101.2, de Chefe do Núcleo de Planejamento de Defesa Civil, da Coordenadoria Executiva do Sistema de Defesa Civil, da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

Brasília, 08 de junho de 1987

JOSÉ OLAVO DE CASTRO

(Republicado por haver saido com incorreção do original no "DODF" nº 105, de 18.08.87)

PORTARIA DE 14 DE AGOSTO DE 1987

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3º, do Decreto nº 3.466, de 07 de dezembro de 1976, combinado com o artigo 1º, do Decreto nº 4.671, de 1º de junho de 1979,

RESOLVE:

Conceder Gratificação pela Representação de Gabinete a servidora GLORIAMAR CORDEIRO VASCO, Datiloscopista Policial, matrícula nº 19.309-7, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, pelo encargo de Oficial de Gabinete da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

Brasília, 14 de agosto de 1987

JOÃO MANOEL SIMCH BROCHADO

TRIBUNAL DE CONTAS DO DF

ATOS DO PRESIDENTE

PROCESSO Nº: 008/87

— Com representação da Diretoria-Geral de Administração a respeito da expedição do Decreto-lei nº 2.334, de 11.06.87 .

Considerando a informação da Diretoria-Geral de Administração e tendo em vista o disposto no item V do artigo 5º da Lei nº 5.538, de 22.11.68, decidiu o Tribunal aplicar os dispositivos do Decreto-lei nº 2.334, de 11.06.87, combinado com a Portaria SEDAP nº 1.375/87, publicado no DOU de 01.07.87, no que couber, aos membros desta Corte.

Sala das Sessões, 13 de julho de 1987

JOEL FERREIRA DA SILVA
Presidente

ATA DA 2426a. SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Aos 04 dias do mês de agosto de 1987, às 15:00 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes os Conselheiros GERALDO DE OLIVEIRA FERRAZ, ROGÉRIO NUNES, FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE e FREDERICO AUGUSTO BASTOS, a Auditora MARIA JOSÉ DA SILVA NEVES GADELHA e o Procurador-Geral em exercício, Dr. LINCOLN TEIXEIRA MENDES PINTO DA LUZ, o Presidente, Conselheiro JOEL FERREIRA DA SILVA, declarou aberta a sessão.

E X P E D I E N T E

Foi aprovada a ata da 2425a. Sessão Ordinária.

O Senhor Presidente, acompanhado pelos demais membros do Plenário, deu as boas-vindas ao Conselheiro FREDERICO AUGUSTO BASTOS, que reassumiu ontem as suas funções na Corte, após o gozo de férias — ficando desconvocada, em conseqüência, a Auditora MARIA JOSÉ GADELHA, que o estava substituindo. O Conselheiro FREDERICO AUGUSTO BASTOS agradeceu a manifestação de cordialidade de seus pares.

A seguir, o Senhor Presidente deu conhecimento ao Plenário de expedientes do ex-Administrador Regional de Taguatinga, Dr. JOSÉ LUIZ PARO, e do Coordenador da Administração Regional, Dr. VITAL DE MORAES ANDRADE, que respondeu interinamente pela Administração de Ceilândia, pelos quais agradecem a segura orientação da Corte e oferecem informações relacionadas com suas respectivas gestões.

J U L G A M E N T O S

PROCESSO DEVOLVIDO À PRESIDÊNCIA

O Senhor Presidente deu prosseguimento ao julgamento do processo nº 2281/84 (Relator: Conselheiro ROGÉRIO NUNES), de que pedira vista em sessão anterior o Conselheiro FREDERICO AUGUSTO BASTOS. O processo trata da revisão dos proventos da pensão militar concedida à Senhora MARIA NEUZA SUARES BATISTA e outros.- O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator (fls. 122-124), considerou legal a presente concessão, para fins de registro. Vencido o Conselheiro FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE, declarando que, coerente com posições anteriores, preferia obedecer à norma escrita (art. 72 da Lei de nº 6.023/74) e votar pela ilegalidade da concessão, embora aplaudisse a brilhante argumentação apresentada pelo Relator.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO GERALDO FERRAZ

PROCESSO Nº 1946/87 - NE nº 032/87-ASRIA e outras;
PROCESSO Nº 1950/87 - NE nº 026/87-SFi/SEA e outras;
PROCESSO Nº 1953/87 - NE nº 075/87-ACSNB;
PROCESSO Nº 1955/87 - NE nº 193/87-RA-III e outra;
PROCESSO Nº 1956/87 - NE nº 336/87-SEP;
PROCESSO Nº 2032/87 - NE nº 102/87-SE e outras;
PROCESSO Nº 2033/87 - NE nº 139/87-SLU e outras;
PROCESSO Nº 2037/87 - NE nº 245/87-ISDF e outras;
PROCESSO Nº 2039/87 - NE nº 047/87-SC e outras;
PROCESSO Nº 2051/87 - NE nº 108/87-SSS e outras.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tomou conhecimento e considerou correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº 1378/87 - NE 262/86-ACSNB e outras. Aos autos juntou-se o O.I. nº 104/87, pelo qual a Administração da Cidade Satélite do Núcleo Bandeirante prestou esclarecimentos em atendimento a diligência ordenada pela Corte.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomando conhecimento do expediente, deu por bem cumprida a diligência e considerou correta a classificação das despesas de que tratam as notas de empenho constantes do processo.

PROCESSO Nº 1604/87, com o O.I. nº 801/87, pelo qual o Corpo de Bombeiros do DF solicita nova prorrogação de prazo para o cumprimento da determinação da Corte adotada no processo nº 1179/86,

relativo à reforma do 2º Sargento BM OTELÍCIO VEIGA DOS SANTOS.- O Tribunal decidiu conceder a prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, nos termos do voto do Relator a fls. 11.

PROCESSO Nº 1933/87 - NE nº 18/87-STb e outras.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) relevando a falha apontada na instrução, tomar conhecimento e considerar correta a classificação das despesas; b) fazer à Secretaria do Trabalho do DF a recomendação indicada no voto do Relator a fls. 24.

PROCESSO Nº 2086/87 - NE nº 066/87-SEG e outras.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) relevando a falha apontada na instrução, tomar conhecimento e considerar correta a classificação das despesas, exceto quanto às notas de empenho de nºs. 067 e 072/87-SEG; b) a respeito destas, determinar diligência, a ser cumprida no prazo de 15 (quinze) dias, para os fins indicados no voto do Relator a fls. 27.

PROCESSO Nº 2168/87 - Ofício nº 791/87, pelo qual o Corpo de Bombeiros do DF solicita prorrogação de prazo, por 75 (setenta e cinco) dias, para atendimento de diligência ordenada pela Corte.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu conceder a prorrogação de prazo, na forma solicitada.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO ROGÉRIO NUNES

PROCESSO Nº 3177/85 - Relatório de inspeção especial, levada a efeito na Fundação Educacional do DF, para verificar a procedência dos fatos constantes da Representação nº 019/85-2a. ICE. Aos autos juntaram-se o O.I. nº 854/86 e vários documentos, pelos quais a Secretaria de Educação presta esclarecimentos em atendimento a diligência ordenada pela Corte.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) relevando as falhas apontadas na instrução, considerar cumprida a diligência e determinar o arquivamento do processo; b) autorizar a devolução à Fundação Educacional do DF dos processos apensos.

PROCESSO Nº 535/86, originário da ata da 68a. reunião e outras, do BRB - Banco de Brasília S/A. Aos autos juntaram-se as defesas apresentadas pelos servidores nominados a fls. 146, cuja citação fora determinada na Sessão Ordinária de 15.12.86.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo à Procuradoria-Geral, solicitando o competente parecer.

PROCESSO Nº 909/86 - Aposentadoria do servidor ANTONIO MARQUES.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, considerar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria; b) fazer à Secretaria de Segurança Pública do DF a recomendação sugerida pela instrução a fls. 20-v.

PROCESSO Nº 910/86-A - Aposentadoria do servidor JOÃO PEREIRA DA FONSECA FILHO;

PROCESSO Nº 1140/86 - Aposentadoria do servidor ANTONIO DANIEL QUINTANO.

- O Tribunal determinou diligências, a serem cumpridas no prazo de 30 (trinta) dias, para os fins indicados nos votos do Relator e decidiu, mais, acolher a proposta sobre uniformidade de procedimentos oferecida nos referidos votos.

PROCESSO Nº 1180/86 - Reforma do 3º Sargento BM EUSTÁQUIO SANTOS;

PROCESSO Nº 1301/86 - Reforma do 1º Sargento BM JOSÉ LOPES COELHO;

PROCESSO Nº 1372/86 - Reforma do 2º Sargento BM ISMAEL CRIVANO.

- Cumpridas satisfatoriamente diligências ordenadas, o Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tendo em conta os pareceres da Procuradoria-Geral, considerou legais as reformas, para fins de registro.

PROCESSO Nº 3923/86 - Requerimento do servidor FRANCISCO MARCELINO e outros, solicitando revisão da decisão da Corte adotada no processo nº 505/86.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, tomando conhecimento do pedido, decidiu dar ciência aos interessados das acertadas razões que fundamentaram a referida decisão da Corte.

PROCESSO Nº 1041/87 - Pensão especial concedida à Senhora MARIA RODRIGUES DE OLIVEIRA e outros.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 1959/87 - Ata da 188a. reunião e outras, da Diretoria da BRB - Crédito Imobiliário S/A;

PROCESSO Nº 1960/87 - Ata da 923a. reunião e outras, da Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central;

PROCESSO Nº 2024/87 - Ata da 16a. reunião e outras, das Centrais de Abastecimento do DF;

PROCESSO Nº 2061/87 - Ata da 9a. reunião e outras, da Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos à 2a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

(O Conselheiro FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE pediu licença para, antes de fazer o relato dos processos, convidar os membros do Plenário para assistirem à reunião do Conselho Dirigente do Centro de Coordenação dos Tribunais de Contas do Brasil que será realizada às 10:00 horas de amanhã, nesta Casa, e para dar ao Plenário várias informações relacionadas com as atividades da Secretaria Executiva do Centro de Coordenação dos Tribunais de Contas do Brasil, de que é titular.)

PROCESSO Nº 3035/83 - Aposentadoria do servidor RAFAEL LISBOA DA SILVA.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, determinou diligência, fixando o prazo de 30 (trinta) dias para atendimento.

PROCESSO Nº 1904/86 - Reforma do 1º Sargento BM EURICO JOSÉ FERREIRA DA ROCHA;

PROCESSO Nº 3674/86 - Reforma do 1º Sargento BM JOSÉ RAIMUNDO DA SILVA.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tendo em conta os pareceres da Procuradoria-Geral, determinou diligências, fixando o prazo de 75 (setenta e cinco) dias para atendimento.

PROCESSO Nº 3338/86 - Reforma do Subtenente BM EDILSON DE MESQUITA CRILLANOVICK;

PROCESSO Nº 3383/86 - Reforma do Capitão BM OLÍVIO GABRIEL TORRES.

- Cumpridas satisfatoriamente diligências ordenadas, o Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tendo em conta os pareceres da Procuradoria-Geral, considerou legais as reformas, para fins de registro.

PROCESSO Nº 116/87, originário do Ofício nº 608/86, pelo qual a Secretaria de Finanças do DF encaminhou cópia do Relatório nº 020/86-DPA/SEF, referente a auditoria a que procedeu o órgão próprio daquela Secretaria na Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP. Aos autos juntaram-se os resultados de inspeção especial realizada na NOVACAP para verificar o atendimento às recomendações contidas no Relatório.- O Tribunal, tomando conhecimento dos resultados da inspeção, determinou diligência, a ser cumprida no prazo de 15 (quinze) dias, para o fim indicado no voto do Relator a fls. 41.

PROCESSO Nº 1435/87 - Contrato nº 033/86 celebrado entre o Departamento de Estradas de Rodagem do DF e a firma SERSAN - Sociedade de Terraplenagem, Construção Civil e Agropecuária Ltda.- O Tribunal, tomando conhecimento do pacto, determinou a baixa do processo à 3a. Inspetoria de Controle Externo para os fins indicados nas alíneas b e c do voto do Relator a fls. 09-10.

PROCESSO Nº 1938/87 - Programa de Trabalho do Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal - FUNDEFE, exercício de 1987.- O Tribunal tomou conhecimento da 1a. e 2a. reformulações do FUNDEFE, determinando a baixa do processo à 1a. Inspetoria de Controle Externo para o fim indicado no voto do Relator a fls. 08.

PROCESSO Nº 1940/87 - Balancete da Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda., referente ao 1º trimestre de 1987.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, relevando excepcionalmente a falha apontada na instrução, tomou conhecimento e determinou a baixa do processo à 2a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 1977/87 - Balancetes financeiro e patrimonial, bem como outros demonstrativos de natureza orçamentária, da Administração Direta do DF, relativos ao 1º trimestre de 1987.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento e determinou a baixa do processo à 1a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO FREDERICO AUGUSTO BASTOS

PROCESSO Nº 1852/83 - Prestação de contas da Companhia de Água e Esgotos de Brasília, relativa ao exercício de 1982.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, julgou regulares as contas dos administradores, autorizando a expedição das respectivas provisões de quitação.

PROCESSO Nº 2616/84 - Contrato nº 015/84 celebrado entre a Companhia de Eletricidade de Brasília e a firma General Electric do Brasil S/A.- O Tribunal, tomando conhecimento dos resultados de nova inspeção realizada junto à CEB, decidiu fazer à entidade a recomendação indicada no voto do Relator a fls. 174.

PROCESSO Nº 3862/84 - Revisão dos proventos da reforma do Cabo BM ANTONIO DO NASCIMENTO FILHO.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, determinou diligência, fixando o prazo de 75 (setenta e cinco) dias para atendimento.

PROCESSO Nº 2428/85, originário do balancete da Fundação Hospitalar do DF, referente ao 2º trimestre de 1986.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomando conhecimento do comprovante do ressarcimento relativo a bens desaparecidos, obtido mediante inspeção, determinou o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 3218/85 - Aposentadoria da servidora ANDREA TOSCANO.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, determinou nova diligência, fixando o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para atendimento.

PROCESSO Nº 747/86 - Convênio nº 003/85 celebrado entre o Departamento de Estradas de Rodagem do DF e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomando conhecimento dos resultados da etapa final de fiscalização e controle da execução do ajuste, determinou o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 1573/86 - Convênio nº 042/86 celebrado entre o Distrito Federal, através da Secretaria de Viação e Obras do DF, e o Departamento de Estradas de Rodagem do DF.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento dos resultados da 3a. etapa de fiscalização e controle da execução do ajuste e considerou correta a classificação da despesa de que trata a nota de empenho nº 051/87-SVO, a ele vinculada — determinando a baixa do processo à 3a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 1589/86 - Reforma do Subtenente BM JOSÉ SILVA NETO.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal, para fins de registro o ato de reforma — relevando as falhas apontadas na instrução.

PROCESSO Nº 1806/86 - Reforma do Capitão BM LUIZ CASSANO MARÇAL.- Cumprida satisfatoriamente diligência ordenada, o Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal a reforma, para fins de registro.

PROCESSO Nº 2359/86 - Relatório de inspeção programada a que procedeu a 5a. Inspetoria de Controle Externo na Fundação Educacional do DF para verificar aspectos relacionados com a receita da entidade. Aos autos juntou-se o O.I. nº 427/87, pelo qual a Secretaria de Educação do DF encaminha processo que contém esclarecimentos prestados pelo Colégio Agrícola de Brasília, em atendimento a diligência ordenada pela Corte.- O Tribunal, tomando conhecimento, determinou a baixa do processo à 5a. Inspetoria de Controle Externo para o fim indicado no voto do Relator a fls. 160.

PROCESSO Nº 3856/86 - Contrato nº 034/86 celebrado entre o Distrito Federal, através da Administração Regional de Sobradinho, e a firma SETA - Serviços de Engenharia, Terraplenagem e Administração Ltda.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomando conhecimento dos resultados da 2a. etapa de fiscalização e controle da execução do ajuste, determinou a baixa do processo à 3a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 613/87, originário de relatório de inspeção programada, levada a efeito na Administração Regional do Gama, para verificar a regularidade de atos e fatos ligados à administração orçamentária, financeira e patrimonial, de acordo com o GIPLAN/87. Aos autos juntou-se o O.I. nº 158/87, pelo qual a Administração Regional do Gama dá conta de providências adotadas em atendimento a diligência ordenada pela Corte.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomando conhecimento, considerou cumprida a diligência e determinou a baixa do processo à 1a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 1397/87 - Balancete da BRB - Crédito Imobiliário S/A, referente ao 1º trimestre de 1987.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, relevando a falha apontada na instrução, tomou conhecimento e determinou a baixa do processo à 2a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 1942/87 - Relatório de inspeção programada, levada a efeito na Secretaria de Viação e Obras do DF, para verificar a regularidade de atos e fatos ligados à administração orçamentária, financeira e patrimonial, de acordo com o GIPLAN/87.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento dos resultados da inspeção, que nada revelaram de irregular nos aspectos examinados, determinando a baixa do processo à 1a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

RELATADOS PELA AUDITORA MARIA JOSÉ GADELHA

(O Senhor Presidente, na forma do art. 17, § 2º, do Regimento Interno, convocou a Auditora MARIA JOSÉ GADELHA para participar da votação do processo nº 2549/84.)

PROCESSO Nº 2549/84 - Tomada de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis desta Corte de Contas, relativa ao exercício de 1983.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, julgou os responsáveis quites com a Fazenda do Distrito Federal, determinando a expedição das respectivas provisões de quitação. Declarou-se impedido de participar do julgamento do processo o Conselheiro ROGÉRIO NUNES, porque era, à época, um dos ordenadores de despesa.

PROCESSO Nº 2797/85 (Apenso: processo nº 789/86) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação do Serviço Social do DF para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bem, verificado na Seção de Acompanhamento Orçamentário;

PROCESSO Nº 1264/86 (Apenso: processo nº 4020/86) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Educacional do DF para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens, verificado na Escola-Classe 15 de Taguatinga;

PROCESSO Nº 4009/86 - Ofício nº 572/86, pelo qual a Secretaria de Finanças do DF comunica o desaparecimento de bem, verificado na Seção de Lançamento da Divisão de Cadastro e Informações Econômico-Fiscais;

PROCESSO Nº 522/87 - Tomada de contas especial realizada pela Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bem;

PROCESSO Nº 2988/86 (Apenso: processo nº 083/87) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação do Serviço Social do DF para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bem, verificado no Centro de Recepção e Triagem.

- O Tribunal, de acordo com as propostas da Relatora, decidiu enviar os processos à Procuradoria-Geral, solicitando os competentes pareceres.

PROCESSO Nº 106/86, originário de expediente da Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A, pelo qual foi comunicado o desaparecimento de bens, verificado na unidade de vendas MM-12. Aos autos juntou-se o Ofício nº 359/87, através do qual a SAB solicita e justifica prorrogação de prazo para a entrega à Corte da tomada de contas especial.- O Tribunal, de acordo com a proposta da Relatora, decidiu considerar prorrogado o prazo, em caráter improrrogável, por mais 10 (dez) dias, a contar do recebimento da comunicação da Corte a respeito.

PROCESSO Nº 1018/86 (Apenso: processo nº 4021/86) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação do Serviço Social do DF para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bem, verificado na Assessoria do Sistema Nacional de Emprego - SINE;

PROCESSO Nº 071/87 (Apenso: processo nº 1352/87) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação do Serviço Social do DF para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens, verificado no Centro do Bem Estar do Menor - CEBEM de Brazlândia.

- O Tribunal, de acordo com as propostas da Relatora, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, determinou a devolução dos processos de nºs. 4021/86 e 1352/87 à Fundação do Serviço Social para os fins sugeridos pela 2a. Inspetoria de Controle Externo em ambos os processos, concedendo à entidade o prazo de 30 (trinta) dias para atendimento.

PROCESSO Nº 1414/86, com o Ofício nº 321/87, pelo qual o Departamento de Estradas de Rodagem do DF apresenta justificativas para solicitar a relevação de multa determinada pela Corte através do Ofício GP nº 764/87.- O Tribunal, de acordo com a proposta da Relatora, decidiu: a) não tomar conhecimento da solicitação, tendo em conta o disposto no parágrafo único do art. 70 do Ato Regimental nº 9/80; b) determinar a imediata aplicação da multa, com a remessa à Corte, no prazo de 15 (quinze) dias, do comprovante do respectivo recolhimento à Secretaria de Finanças do DF.

PROCESSO Nº 1417/86 (Apenso: processo nº 4017/86) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Educacional do DF para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bem, verificado na Escola-Classe 41 de Ceilândia.- O Tribunal, de acordo com a proposta da Relatora, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, determinou a devolução do processo nº 4017/86 à FEDF para os fins indicados na instrução de fls. 07-08, concedendo o prazo de 30 (trinta) dias para atendimento.

PROCESSO Nº 2653/86 (Apenso: processo nº 310/87) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Educacional do DF para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens, verificado no Colégio Agrícola de Brasília;

PROCESSO Nº 2926/86 (Apenso: processo nº 641/87) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Educacional do DF para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens, verificado no Centro de Educação para o Trabalho-CET/Ceilândia.

- O Tribunal, de acordo com as propostas da Relatora, tendo em conta os pareceres da Procuradoria-Geral e relevando as fa

lhas apontadas na instrução, determinou a devolução dos processos de nºs. 310 e 641/87 à Fundação Educacional do DF para os fins sugeridos pela 2a. Inspetoria de Controle Externo em ambos os processos, concedendo à entidade o prazo de 30 (trinta) dias para atendimento.

PROCESSO Nº 2699/86 (Apenso: processo nº 314/87) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação do Serviço Social do DF para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bem.- O Tribunal, de acordo com a proposta da Relatora, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral e relevando a falha apontada na instrução, determinou a devolução do processo nº 314/87 à FSS-DF para o fim sugerido pela 2a. Inspetoria de Controle Externo a fls. 15, concedendo à entidade o prazo de 30 (trinta) dias para atendimento.

PROCESSO Nº 3192/86 - Tomada de contas especial realizada pelo Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação para apurar responsabilidades pelos fatos noticiados no processo de nº 30.009.368/86.- O Tribunal determinou o encaminhamento do processo ao DEFER para os fins indicados na proposta da Relatora a fls. 161.

PROCESSO Nº 168/87, com representação da 1a. Inspetoria de Controle Externo a respeito do não cumprimento, por parte da Secretaria de Segurança Pública do DF, de determinação da Corte.- O Tribunal, de acordo com a proposta da Relatora, determinou diligência, a ser cumprida no prazo de 10 (dez) dias, para o fim indicado na instrução a fls. 08, item 4.

Às 16:30 horas, o Conselheiro FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE retirou-se da sessão para atender a compromisso oficial de interesse do Tribunal, deixando de participar do julgamento dos processos relatados pelo Conselheiro FREDERICO AUGUSTO BASTOS e pela Auditora MARIA JOSÉ GADELHA.

Nada mais havendo a tratar, às 17:30 horas o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão. E, para constar, eu, ALBERTO XAVIER DE ALMEIDA, Secretário das Sessões, lavrei a presente ata que, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Conselheiros e Procurador-Geral em exercício.

JOEL FERREIRA DA SILVA
GERALDO DE OLIVEIRA FERRAZ
ROGÉRIO NUNES
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE
FREDERICO AUGUSTO BASTOS
MARIA JOSÉ GADELHA
ELVIA LORDELLO CASTELLO BRANCO

ATA DA 2427a. SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Aos 06 dias do mês de agosto de 1987, às 15:00 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes os Conselheiros GERALDO DE OLIVEIRA FERRAZ, ROGÉRIO NUNES, FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE e FREDERICO AUGUSTO BASTOS, a Auditora MARIA JOSÉ DA SILVA NEVES GADELHA e a Procuradora-Geral Dra. ELVIA LORDELLO CASTELLO BRANCO, o Presidente, Conselheiro JOEL FERREIRA DA SILVA, declarou aberta a sessão.

E X P E D I E N T E

Foi aprovada a ata da 2426a. Sessão Ordinária.

O Senhor Presidente deu conhecimento ao Plenário de dois ofícios da Procuradora-Geral Dra. ELVIA LORDELLO CASTELLO BRANCO. Pelo primeiro (Ofício nº 32/87), comunica que reassumiu ontem as funções do seu cargo, após haver gozado 43 dias de licença especial concernente ao decênio 1973/1983; pelo segundo (Ofício nº 35/87), comunica que também o Procurador Dr. JOSÉ GUILHERME VILLELA reassumiu ontem, após haver gozado 35 dias de férias relativas ao ano de 1987.

O Senhor Presidente, acompanhado pelos demais membros do Plenário, deu as boas-vindas à Procuradora-Geral Dra. ELVIA LORDELLO CASTELLO BRANCO, que, em seu agradecimento, referiu-se também à generosa manifestação recebida da Corte na sessão de 16.07.87, expressando ainda sua prazerosa concordância com o desejo do Plenário de que fosse substituída na Procuradoria-Geral pelo Procurador Dr. LINCOLN TEIXEIRA MENDES PINTO DA LUZ.

A seguir, o Senhor Presidente, esclarecendo que ele e o Conselheiro FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE teriam compromisso oficial a cumprir às 16:00 horas, propôs, com a aquiescência do Plenário, alteração na ordem de prioridade do relato de processos.

J U L G A M E N T O S

RELATADOS PELO CONSELHEIRO FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

PROCESSO Nº 1608/86 - Reforma e revisão dos proventos da reforma do Subtenente BM CLEMENTE ANTONIO DE OLIVEIRA.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, determinou diligência, fixando o prazo de 75 (setenta e cinco) dias para atendimento.

PROCESSO Nº 2009/86 - Reforma do Soldado BM JOÃO CARLOS BORGES DE ARAÚJO.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, determinou nova diligência, fixando o prazo de 75 (setenta e cinco) dias para atendimento.

PROCESSO Nº 621/87 - Convênio nº 015/87 celebrado entre o Distrito Federal, através da Secretaria de Serviços Públicos do DF, e a Companhia de Água e Esgotos de Brasília.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do ajuste e considerar correta a classificação da despesa de que trata a nota de empenho nº 018/87-SSP, a ele vinculada; b) tomar conhecimento também dos resultados da 1a. etapa de fiscalização e controle da execução do pacto, determinando a baixa do processo à 3a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 1153/87 - NE nº 062/87-CBDF e outras. Aos autos juntou-se o O.I. nº 677/87, pelo qual o Corpo de Bombeiros do DF presta esclarecimentos em atendimento a diligência ordenada pela Corte.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do expediente do CBDF; b) considerar correta a classificação das despesas de que tratam as notas de empenho constantes do processo, fazendo-se, entretanto, àquela Corporação a recomendação indicada no referido voto a fls. 39.

PROCESSO Nº 1754/87 - Contrato nº 1693/87 celebrado entre a Companhia de Água e Esgotos de Brasília e a firma SECOL - Sociedade de Empreendimentos e Construções Ltda.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do pacto e considerou correta a classificação da despesa de que trata a nota de empenho de nº 494/86-SEF, determinando a baixa do processo à 3a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 2064/87 - NE nº 126/87-CBDF e outras;

PROCESSO Nº 2065/87 - NE nº 141/87-CBDF e outras.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, relevando excepcionalmente as falhas apontadas na instrução, tomou conhecimento e considerou correta a classificação das despesas.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO FREDERICO AUGUSTO BASTOS

PROCESSO Nº 1877/86 - Reforma do 2º Tenente BM SEBASTIÃO BRASIL DA CUNHA.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, determinou nova diligência, fixando o prazo de 75 (setenta e cinco) dias para atendimento.

PROCESSO Nº 1084/87 - Convênio nº 026/87 celebrado entre o Distrito Federal, através da Secretaria de Segurança Pública do DF, e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do ajuste e considerar correta a classificação da despesa especificada na nota de empenho nº 152/87-SEP, a ele vinculada; b) determinar diligência, a ser cumprida no prazo de 75 (setenta e cinco) dias, para os fins indicados no referido voto a fls. 24-25.

PROCESSO Nº 1904/87 - NE nº 340/87-SEP e outras;
PROCESSO Nº 2052/87 - NE nº 096/87-SES e outras;
PROCESSO Nº 2056/87 - NE nº 056/87-SSP e outras;
PROCESSO Nº 2073/87 - NE nº 428/87-PMDF e outras;
PROCESSO Nº 2078/87 - NE nº 097/87-SOF-SEA e outras;
PROCESSO Nº 2079/87 - NE nº 302/87-DPC e outras;
PROCESSO Nº 2089/87 - NE nº 425/87-PMDF e outras.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tomou conhecimento e considerou correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº 1311/87 - NE nº 001/87-RA-II e outras. Aos autos juntou-se o O.I. nº 229/87, pelo qual a Administração Regional do Gama presta esclarecimentos em atendimento a diligência ordenada pela Corte.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do expediente da Administração Regional do Gama, considerando cumprida a diligência, e determinou a baixa do processo à 1a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 1323/87 - NE nº 097/87-TUR e outras. Aos autos juntou-se o Ofício nº 462/87, pelo qual o Departamento de Turismo do DF - DETUR presta esclarecimentos em atendimento a diligência ordenada pela Corte.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do expediente do DETUR, considerando cumprida a diligência, e determinou a baixa do processo à 1a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 2244/87 - Ofício nº 818/CBDF, pelo qual a Corporação faz indagação à Corte sobre a legalidade de pagamento antecipado quando da aquisição de bem.- O Tribunal decidiu tomar conhecimento do expediente do CBDF, em caráter excepcional, para dar-lhe resposta nos termos do voto do Relator a fls. 92-93.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO GERALDO FERRAZ

PROCESSO Nº 2391/85, originário do contrato nº 025/85 celebrado entre a Fundação Hospitalar do DF e a firma PROCLIMA - Enge

nharia Ltda. Aos autos juntou-se Relatório de inspeção realizada na Fundação Hospitalar para verificar aspectos do pacto.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do resultado satisfatório da inspeção, determinando o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 2798/86 - Segundo termo aditivo ao contrato nº 003/86, celebrado entre a Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A - SAB e a firma Novo Rio Papéis e o 1º aditivo ao termo de permissão remunerada de uso nº 10/86, celebrado entre a SAB e MARCO ANTONIO MONTEZUMA BRILLANTINO;

PROCESSO Nº 2017/87 - Convênio nº 02/87 celebrado entre o Departamento de Trânsito do DF e a Associação dos Servidores do Departamento de Trânsito do DF;

PROCESSO Nº 2123/87 - Contrato nº 039/87 e outro, celebrados entre as Centrais de Abastecimento do DF e diversos;

PROCESSO Nº 2126/87 - Convênio nº 312/87 e outros, celebrados entre o BRB - Banco de Brasília S/A e diversos;

PROCESSO Nº 2128/87 - Contrato nº 1000/87 celebrado entre a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil e a firma Taxi Express Restaurante Ltda.;

PROCESSO Nº 2129/87 - Contrato nº 007/87 celebrado entre a Companhia de Eletricidade de Brasília e o BRB - Banco de Brasília S/A.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos às competentes Inspetorias de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 735/87 - Segundo termo aditivo ao Termo Padrão de Contrato nº 10/80, celebrado entre a Secretaria de Segurança Pública do DF e a firma CIBRÁS - Empresa de Segurança e Serviços Gerais Ltda.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do aditivo e considerar regular a aplicação dos recursos a ele vinculados até a fase examinada; b) determinar a baixa do processo à 1a. Inspetoria de Controle Externo, para novos acompanhamentos.

PROCESSO Nº 2058/87 - Contrato nº 50/87 e outros, celebrados entre a Companhia Imobiliária de Brasília e diversos.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do contrato nº 50/87; b) determinar inspeção junto à TERRACAP para os fins indicados no referido voto a fls. 47-48.

PROCESSO Nº 216/87 - Convênio nº 134/86 celebrado entre o Distrito Federal, através da Secretaria de Viação e Obras do DF, e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do 1º termo aditivo ao ajuste e dos resultados da 2a. etapa de fiscalização e controle de sua execução, relevando a falha apontada na instrução; b) determinar diligência, a ser cumprida no prazo de 30 (trinta) dias, para os fins indicados no referido voto a fls. 70.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO ROGÉRIO NUNES

PROCESSO Nº 849/87 - NE nº 01/87-ACSNB e outras.- Cumprida satisfatoriamente a diligência ordenada através do Ofício GP nº 658/87, o Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento e considerou correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº 1065/87 - NE nº 031/87-AERB e outras.- Cumprida a diligência ordenada através do Ofício GP nº 653/87, o Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento e considerou correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº 1855/87 - NE nº 111/87-CBDF e outras.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, relevando a falha apontada na instrução, tomou conhecimento e considerou correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº 1888/87 - NE nº 279/87-SEP e outras.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) relevando excepcionalmente as falhas apontadas na instrução, tomar conhecimento e considerar correta a classificação das despesas; b) fazer à Secretaria de Segurança Pública do DF a recomendação indicada na instrução de fls. 23.

PROCESSO Nº 1894/87 - NE nº 053/87-RA-VI e outras;
PROCESSO Nº 1903/87 - NE nº 040/87-SC e outras;
PROCESSO Nº 1936/87 - NE nº 230/87-ISDF e outras;
PROCESSO Nº 1974/87 - NE nº 228/87-TUR e outras.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tomou conhecimento e considerou correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº 1934/87 - NE nº 062/87-DEFER e outras.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento e considerar correta a classificação das despesas — exceto quanto às notas de empenho de nºs. 67, 68, 72 e 73/87-DEFER, das quais apenas tomou conhecimento; b) a respeito destas, fazer ao Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação a recomendação sugerida pela instrução a fls. 23-v.

PROCESSO Nº 1967/87 - NE nº 113/87-DEFER e outras.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento e considerar correta a classificação das despesas — exceto quanto à nota de empenho nº 119/87-DEFER; b) a respeito desta, determinar diligência, a ser cumprida no prazo de 15 (quinze) dias, para os fins indicados na instrução de fls. 26.

RELATADOS PELA AUDITORA MARIA JOSÉ GADELHA

PROCESSO Nº 2328/85 - Tomada de contas do ordenador de despesa e demais responsáveis da Secretaria de Finanças do Distrito Federal, exercício de 1984;

PROCESSO Nº 2818/86 - Tomada de contas dos agentes de material da Polícia Militar do DF, correspondente ao exercício de 1985.

- O Tribunal, de acordo com as propostas da Relatora, tendo em conta os pareceres da Procuradoria-Geral, julgou os responsáveis quites com a Fazenda do Distrito Federal, determinando a expedição das respectivas provisões de quitação.

PROCESSO Nº 2429/86, originário de expediente da Fundação do Serviço Social do DF, pelo qual foi comunicado o desaparecimento de bens, verificado no Centro de Desenvolvimento Social de Taguatinga. Aos autos foi juntada a tomada de contas especial (processo nº 3650/86) realizada pela FSS-DF para apurar o fato.- O Tribunal, de acordo com a proposta da Relatora, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, determinou diligência, a ser cumprida em 30 (trinta) dias, para os fins indicados na referida proposta a fls. 09-v.

PROCESSO Nº 2700/86, originário de expediente da Fundação Zoobotânica do DF, pelo qual foi comunicado o desaparecimento de bem, verificado no Departamento de Revenda de Material Agropecuário. Aos autos foi juntada a tomada de contas especial (processo nº 962/87) realizada pela FZDF para apurar responsabilidades pelo fato.- O Tribunal, de acordo com a proposta da Relatora, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, tomou conhecimento dos resultados da tomada de contas especial e relevou a falha apontada na instrução, determinando a baixa do processo à 2a. Inspetoria de Controle Externo para o fim indicado na referida proposta a fls. 11-v.

PROCESSO Nº 3164/86 - Tomada de contas especial realizada pelo Instituto de Saúde do DF para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens, verificado na Gerência de Controle de Zoonoses.- Cumprida satisfatoriamente a diligência ordenada através do Ofício GP nº 637/87, o Tribunal, de acordo com a proposta da Relatora, determinou o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 3246/85 - Convênio nº 088/85 celebrado entre o Distrito Federal, através da Administração Regional de Taguatinga, e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil.- O Tribunal, de acordo com a proposta da Relatora, tomou conhecimento dos resultados da 3a etapa de fiscalização e controle da execução do ajuste, determinando a baixa do processo à 3a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 344/87, com representação da 1a. Inspetoria de Controle Externo a respeito do não cumprimento, por parte da Secretaria de Segurança Pública do DF, de determinação da Corte.- O Tribunal, de acordo com a proposta da Relatora, determinou diligência, a ser cumprida no prazo de 10 (dez) dias, para o fim indicado na instrução de fls. 15.

PROCESSO Nº 1028/87, com o Ofício nº 362/87, pelo qual a Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A solicita nova prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para a remessa à Corte da tomada de contas especial instaurada para apurar os fatos noticiados no processo nº 075-000.031/87.- O Tribunal, de acordo com a proposta da Relatora, decidiu considerar prorrogado o prazo até 21.09.87.

PROCESSO Nº 1300/87, com o Ofício nº 089/87-DE da Fundação Hospitalar do DF solicitando prorrogação de prazo, por 30 (trinta) dias, para a remessa à Corte da tomada de contas especial instaurada para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bem.- O Tribunal, de acordo com a proposta da Relatora, decidiu considerar prorrogado o prazo por mais 30 (trinta) dias — fazendo-se à entidade a recomendação sugerida pela instrução a fls. 08.

PROCESSO Nº 2091/87 - Ofício nº 578/87 da Secretaria de Educação do DF comunicando o desaparecimento de bens, verificado na Escola-Classe 11 de Ceilândia.- O Tribunal, de acordo com a proposta da Relatora, decidiu: a) tomar conhecimento da comunicação e ordenar a baixa do processo à 2a. Inspetoria de Controle Externo para oportuna juntada da tomada de contas especial; b) determinar a aplicação da multa prevista no art. 60 do Ato Regimental nº 9/80 ao responsável pelo atraso verificado na comunicação da ocorrência; c) desde já, considerar prorrogado o prazo, conforme solicitado no O.I. de nº 692/87 da Secretaria de Educação.

PROCESSO Nº 2092/87 - Ofício nº 579/87 da Secretaria de Educação do DF comunicando o desaparecimento de bens, verificado na Escola-Classe da EQNM 13 de Ceilândia.- O Tribunal, de acordo com a proposta da Relatora, decidiu: a) relevando a falha apontada na ins

trução, tomar conhecimento da comunicação e determinar a baixa do processo à 2a. Inspetoria de Controle Externo , para oportuna juntada da tomada de contas especial; b) desde já, considerar prorrogado o prazo, conforme solicitado no O.I. nº 692/87 da Secretaria de Educação.

PROCESSO Nº 2136/87 - Ofício nº 070/87-GAB da Secretaria do Governo do DF comunicando a instauração de tomada de contas especial para apurar responsabilidades pelos fatos noticiados nos processos de nºs. 020.0001117/87 e 030.007.764/87.- O Tribunal, de acordo com a proposta da Relatora, tomou conhecimento da comunicação e determinou a baixa do processo à 1a. Inspetoria de Controle Externo para oportuna juntada da tomada de contas especial.

PROCESSO Nº 133/83, com representação da 1a. Inspetoria de Controle Externo a respeito do não cumprimento, por parte da Secretaria de Educação do DF, de determinação da Corte.- O Tribunal, de acordo com a proposta da Relatora, determinou diligência, a ser cumprida no prazo de 10 (dez) dias, para o fim indicado na instrução de fls. 84.

PROCESSO Nº 1011/86 - Tomada de contas especial realizada pelo Serviço Autônomo de Limpeza Urbana para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens.- Cumprida satisfatoriamente a diligência ordenada através do Ofício GP nº 648/87, o Tribunal, de acordo com a proposta da Relatora, determinou o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 2309/86, originário de expediente da Fundação do Serviço Social do DF, pelo qual foi comunicado o desaparecimento de bem, verificado na Diretoria de Administração e Finanças. Aos autos foi juntada a tomada de contas especial (processo nº 3346/86) realizada pela FSS-DF para apurar o fato.- O Tribunal, de acordo com a proposta da Relatora, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, decidiu: a) tomar conhecimento do resultado da tomada de contas especial, determinando o arquivamento do processo; b) fazer à Fundação do Serviço Social do DF a recomendação indicada na instrução a fls. 10, item II.

PROCESSO Nº 3259/86, originário de expediente da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, pelo qual foi comunicado o desaparecimento de bens, verificado no Centro de Desenvolvimento Social de Taguatinga. Aos autos foi juntada a tomada de contas especial (processo nº 210/87) realizada pela FSS-DF para apurar o fato;

PROCESSO Nº 816/87, originário de expediente da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, pelo qual foi comunicado o desaparecimento de bens, verificado no Instituto de Psiquiatria Granja do Riacho Fundo. Aos autos juntou-se a tomada de contas especial (processo nº 1363/87) realizada pela FHDF para apurar o fato.

- O Tribunal, de acordo com as propostas da Relatora, decidiu enviar os processos à Procuradoria-Geral, solicitando os competentes pareceres.

PROCESSO Nº 1205/87 - Ofício nº 047/87-PRESID da PROFLORA S/A - Florestamento e Reflorestamento comunicando o desaparecimento de bem.- O Tribunal, de acordo com a proposta da Relatora, decidiu: a) já comprovado, mediante inspeção, o ressarcimento do bem extraviado, determinar o arquivamento do processo; b) reiterar à entidade a recomendação contida na alínea b do Ofício GP nº 768/87.

PROCESSO Nº 2053/87 - Ofício nº 1616/87, pelo qual a Fundação do Serviço Social do DF comunica o desaparecimento de bens, verificado no Centro de Recepção e Triagem, bem como solicita dispensa de realização de tomada de contas especial.- O Tribunal, de acordo com a proposta da Relatora, decidiu, com fundamento no art. 14 do Decreto-lei 200/67, dispensar excepcionalmente a instauração da tomada de contas especial, devendo a FSS-DF encaminhar à Corte os resultados da sindicância com os comprovantes do ressarcimento dos bens extraviados, se for o caso.

PROCESSO Nº 2054/87 - Ofício nº 1634/87 da Fundação do Serviço Social do DF comunicando o desaparecimento de bens, verificado no Centro de Educação, Integração e Apoio ao Menor e Família - COMEIA.- O Tribunal, de acordo com a proposta da Relatora, decidiu: a) tomar conhecimento da comunicação e determinar a baixa do processo à 2a. Inspetoria de Controle Externo para oportuna juntada da tomada de contas especial; b) fazer à FSS-DF a recomendação sugerida pela instrução a fls. 04-05, itens II e III.

Às 15:45 horas, quando o Conselheiro FREDERICO AUGUSTO BASTOS encerrou o relato dos processos que lhe tinham sido distribuídos, o Presidente JOEL FERREIRA e o Conselheiro FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE retiraram-se para atender a compromisso oficial, não mais retornando à sessão. O Vice-Presidente FREDERICO AUGUSTO BASTOS assumiu a Presidência.

Encerrada a fase de julgamento de processos, o Conselheiro GERALDO FERRAZ propôs e justificou a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento de Dona RUTH PASSARINHO, destacando sua excepcional dedicação às obras de assistência social. Da manifestação da Corte far-se-á comunicação ao Senador JARBAS PASSARINHO e à Casa do Pequeno Polegar.

A Procuradora-Geral Dra. ELVIA LORDELLO CASTELLO BRANCO associou-se às palavras e à proposição do Conselheiro GERALDO FERRAZ. Lembrou, em seguida, a morte de outra mulher de grande valor, a escritora MARIA JULIETA DRUMOND DE ANDRADE, filha do poeta CARLOS DRUMOND DE ANDRADE. O Plenário aprovou um voto de pesar por seu falecimento, com o envio de condolências à família.

Nada mais havendo a tratar, às 16:45 horas o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão. E, para constar, eu ALBERTO XAVIER DE ALMEIDA, Secretário das Sessões, lavrei a presente ata que, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Conselheiros e Procuradora-Geral.

JOEL FERREIRA DA SILVA
GERALDO DE OLIVEIRA FERRAZ
ROGÉRIO NUNES
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE
FREDERICO AUGUSTO BASTOS
MARIA JOSÉ GADELHA
LINCOLN TEIXEIRA MENDES PINTO DA LUZ

EDITAIS, AVISOS E DECLARAÇÕES

AVISO

Com esta edição vai publicado um Suplemento contendo, entre outras matérias, ATAS CONTRATOS, CONVÊNIOS, BALANÇOS, EDITAIS AVISOS E DECLARAÇÕES.

ASSOCIAÇÃO MÉDICA DE BRASÍLIA

EDITAL

De acordo com o art. 60 dos Estatutos ficam convocados os Srs. sócios para a Assembléia Eleitoral no dia 27.08.87, na Sede da Associação Médica de Brasília, às 07:00 horas em primeira convocação, e às 08:00 horas em segunda.

Brasília-DF, 22 de agosto de 1987

ANISIO PIRES DE FREITAS
Presidente

(DAR - Cz$ 152,64)

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS
COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA _ TERRACAP
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

A COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA — TERRACAP, leva ao conhecimento dos interessados que, em conformidade com o tópico 26, Capítulo XI — DAS CONDIÇÕES GERAIS, fica retificada a descrição da destinação dos lotes constantes dos itens nºs 142 (SRL, QD. 4 — CONJ. "D" — LT. 21 — CS/PLANALTINA) **PARA**: Comércio e Residência de acordo com a Decisão nº 105/79, de 17.12.79; 173 (QD. 13, LT. ESP. 8 — CS/SOBRADINHO) e 174 (QD. 17, A. RESERV. 5 — CS/SOBRADINHO) do EDITAL Nº 03/87, **PARA**: Clínica em Geral, Ambulatório, Posto de Saúde, Cinema, Creche, Associação Beneficente e de Classe, Templo Religioso e Conjuntos Paroquiais, conforme Decisão nº 101/79-CAU, de 29.11.79.

Permanecem inalterados os demais termos dos AVISOS publicados no "DODF", edição de 29.07.87, e "DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO", edições de 29, 30 e 31.07.87.

Brasília, 20 de agosto de 1987

CARLOS MAGALHÃES DA SILVEIRA
Presidente

SECRETARIA DE FINANÇAS
JUNTA DE RECURSOS FISCAIS DO DISTRITO FEDERAL
PAUTA DE JULGAMENTO

Faço público, de ordem do Exmº Sr. Conselheiro AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS, Presidente da Egrégia Junta de Recursos Fiscais do Distrito Federal, sediada no Edifício Vale do Rio Doce, 12º andar, que cons-

tam da pauta da Sessão que se realizará no dia 01 de setembro de 1987 (terça-feira), às 15:00 horas, ou Sessão subseqüente, processos iniciados ou adiados e constantes das pautas anteriores, publicadas, e mais os seguintes feitos:

PARA INÍCIO DE VOTAÇÃO:

RV: 08/87
RECORRENTE — Aida Marise Cruz
RECORRIDA — Secretaria de Viação e Obras
RELATOR — Conselheiro Gilberto Alves Nery
REPRESENTANTE DA FAZENDA — Procurador Adhemar Teixeira da Costa

RV: 32/87
RECORRENTE — Pedreira Planalto Ltda
RECORRIDO — Departamento da Receita
RELATOR — Conselheiro Miguel Setembrino Emery de Carvalho
REPRESENTANTE DA FAZENDA — Procurador Adhemar Teixeira da Costa

Junta de Recursos Fiscais do Distrito Federal

Em 19 de agosto de 1987

MÁRCIA MARIA ARAÚJO MARTINS
Assistente

SECRETARIA DE FINANÇAS
JUNTA DE RECURSOS FISCAIS DO DISTRITO FEDERAL

PAUTA DE JULGAMENTO

Faço público, de ordem do Exmo. Sr. Conselheiro AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS, Presidente da Egrégia Junta de Recursos Fiscais do Distrito Federal, sediada no Edifício Vale do Rio Doce 12° andar, que constam da pauta da Sessão que se realizará no dia 27 de agosto de 1987 (quinta-feira), às 15:00h, ou Sessão subsequente, processos iniciados ou adiados e constantes das pautas anteriores, publicadas e mais os seguintes feitos:

PARA INÍCIO DE VOTAÇÃO:
RV: 22/87
RECORRENTE: SOL PISCINAS — Indústria, Comércio e Empreiteira Ltda.
RECORRIDO: Departamento da Receita
RELATOR: Conselheiro João Bispo dos Santos Júnior
REPRESENTANTE DA FAZENDA: Procuradora Maria Helena dos Santos Carneiro

RV: 39/87
RECORRENTE: Mercearia e Açougue TEM TEM Ltda.
RECORRIDO : Departamento da Receita
RELATOR: Conselheiro Miguel Setembrino Emery de Carvalho
REPRESENTANTE DA FAZENDA: Procuradora Maria Helena dos Santos Carneiro

Junta de Recursos Fiscais do Distrito Federal

Em 19 de agosto de 1987

MÁRCIA MARIA ARAÚJO MARTINS
Assistente

SECRETARIA DE FINANÇAS
JUNTA DE RECURSOS FISCAIS DO DISTRITO FEDERAL

PAUTA DE JULGAMENTO

Faço público, de ordem do Exmo. Sr. Conselheiro AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS, Presidente da Egrégia Junta de Recursos Fiscais do Distrito Federal, sediada no Edifício Vale do Rio Doce 12° andar, que constam da pauta da Sessão que se realizará no dia 03 de setembro de 1987 (quinta-feira) às 15:00h, ou Sessão subsequente, processos iniciados ou adiados e constantes das pautas anteriores, publicadas, e mais os seguintes feitos:

PARA INÍCIO DE VOTAÇÃO:
RV: 44/87
RECORRENTE: Luiz Tertuliano Filho
RECORRIDA: Secretaria de Viação e Obras
RELATOR: Conselheiro Gilberto Alves Nery
REPRESENTANTE DA FAZENDA: Procurador Adhemar Teixeira da Costa

RV: 46/87
RECORRENTE: SERSAN — Sociedade de Terraplanagem Construção Civil
RECORRIDO: Departamento da Receita
RELATOR: Conselheiro Miguel Setembrino Emery de Carvalho
REPRESENTANTE DA FAZENDA: Procurador Adhemar Teixeira da Costa.

Junta de Recursos Fiscais do Distrito Federal

Em 19 de agosto de 1987

MÁRCIA MARIA ARAÚJO MARTINS
Assistente

CAVESA CAPITAL VEÍCULOS S/A

COMUNICADO

CAVESA CAPITAL VEÍCULOS S/A, estabelecida à SGCV II, Lote 11/15, Ins. Est. n° 07084912-9, CGC n° 00843011/0001-33, comunica o extravio das Notas Fiscais n°s 4926 a 5000, série A, subsérie 1, com todas as vias.

Brasília, 19 de agosto de 1987

(DAR-Cz$ 61,39)

SHIS-SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA

SELEÇÃO INTERNA PARA EMPREGOS PERMANENTES DE MESTRE DE OBRAS E AGENTE DE PORTARIA

EDITAL N° 003/87-SHIS

O DIRETOR ADMINISTRATIVO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA — SHIS, no uso das atribuições regimentais, e tendo em vista o item 6.8 do Plano de Cargos e Salários da Empresa, torna público o resultado final do Teste de Seleção Interna dos servidores aprovados para os Empregos Permanentes de MESTRE DE OBRAS e AGENTE DE PORTARIA:

(Republicado por haver saído com incorreção no DODF de 20.08.87, pág. 13)

MESTRE DE OBRAS

Matr.	NOME	MÉDIA	CLASSIF.
12013	SILVIA HELENA G. R. STORNI	81,80	1º
11796	CARLOS ANTÔNIO PEREIRA	68,97	2º
11615	JÚLIO SÉRGIO BENEDITO	61,47	3º
11331	OSVALDO PEREIRA DA PAZ	55,17	4º

AGENTE DE PORTARIA

Matr.	NOME	MÉDIA	CLASSIF.
11544	NATANAEL TAVARES DA SILVA	70,83	1º
11554	BENÍCIO BARBOSA DE OLIVEIRA	63,33	2º

Brasília, 06 de agosto de 1987

EMMANUEL PEDROSA FILHO
Diretor Administrativo

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA-CAESB

REF.: CONCORRÊNCIA PÚBLICA INTERNACIONAL N° CI-003/87 CAESB, PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS, PEÇAS, REGISTROS E VEN-

TOSAS A SEREM APLICADOS NA ADUTORA DE ÁGUA POTÁVEL DO R2 AO SHI-SUL E REDES DE DISTRIBUIÇÃO NO SHI/SUL, COM RECURSOS FINANCEIROS PROVENIENTES DO CTE 0383/87-CEF, DE QUE TRATA O PROCESSO Nº 002.854/87, SENDO PARTE DESSES RECURSOS ORIUNDOS DO BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO — BIRD.

Chamamos a atenção dos interessados para a CONCORRÊNCIA PÚBLICA INTERNACIONAL Nº CI-003/87-CAESB, em referência, que a COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA—CAESB fará realizar no dia 07 de outubro de 1987, às 15:00 horas, na Sala de Licitações, no segundo andar do Edifício-sede da CAESB, no Setor Comercial Sul, Quadra 04, Bloco "A", nºs 67 a 97, em Brasília-Distrito Federal.

Maiores informações poderão ser obtidas no endereço acima mencionado.

Brasília, 19 de agosto de 1987

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Presidente

(20, 21 e 24 de agosto)

MT — DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM
DNER
AVISO DE LICITAÇÃO — EDITAL Nº 03/87
TOMADA DE PREÇOS

O DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM-DNER, através de sua Representação no Distrito Federal sito no Setor de Autarquias Norte — Quadra 03, Lote "A", — 4º andar do Edifício Núcleo dos Transportes nesta Capital, torna público que fará realizar no dia 09 de setembro de 1987, às 15:30 horas, Licitação para Manutenção Preventiva, Corretiva e Assistência Técnica nos elevadores do Edifício Núcleo dos Transportes — Tomada de Preços — Edital nº 03/87.

Os interessados poderão obter o Edital e informações sobre a Licitação no endereço acima citado, salas nº 42.080 e 42.340.

Brasília-DF, 20 de agosto de 1987

SOLANGE FERREIRA VIEIRA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

SECRETARIA DE SAÚDE
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL

Chamamos a atenção dos interessados para a licitação abaixo:

CONCORRÊNCIA Nº 004/87 — Aquisição de Analisador eletrônico de oxigênio e outros.
DIA: 21.09.87, às 09:00 horas.

Maiores informações e cópias do edital estarão à disposição na CPL, Ed. Pioneiras Sociais, sala 707, telefone: 2250070, ramal 2545.

Brasília, 18 de agosto de 1987

JOSÉ XAVIER
Comissão Permanente de Licitação

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
PRIMEIRO CENTRO INTEGRADO DE DEFESA AÉREA
E CONTROLE DE TRÁFEGO AÉREO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

TOMADA DE PREÇOS Nº 006/CIN/87

AVISO DE EDITAL

I. — OBJETO — Aquisição de tintas especiais, conforme descrição em anexo.

II. — PROPOSTA — O recebimento das propostas será às 15:00 horas do dia 28 de agosto de 1987.

III. — LOCAL — Na Sala de Reuniões do Comando do Primeiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo — CINDACTA I, situado a SHIS QI 05, Lago Sul — Área Militar — Brasília-DF, telefone: (061) 248-6454.

IV. EDITAL — Entrega a partir do dia 13 de agosto de 1987, na Seção de Comissão Permanente de Licitações.

V. — HABILITAÇÃO — A presente Tomada de Preços são convidadas as firmas que estejam registradas no Cadastro de Habilitação de Firmas do CINDACTA I, conforme prevê os arts. 25 e 28 do Decreto-lei nº 2.300, de 21 de novembro de 1986.

As firmas não habilitadas no Registro Cadastral do CINDACTA I, poderão encaminhar os documentos estabelecidos no Anexo II, do presente Edital, até o dia 26 de agosto de 1987, a Comissão Permanente de Licitações, para o respectivo cadastro.

Brasília-DF, 07 de agosto de 1987

JOÃO ALCIDES DO NASCIMENTO — Ten. Cel. Int.
Presidente da CPL

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CENTRO INTEGRADO DE DEFESA AÉREA E
CONTROLE DE TRÁFEGO AÉREO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
TOMADA DE PREÇOS Nº 007/CIN/87

AVISO DE EDITAL

I. — OBJETO — A fabricação de peças especiais (juntas rotativas das SBR VT 150 e VT 359), conforme documentação em anexo.
II. — PROPOSTA — O recebimento das propostas será às 15:00 horas do dia 31 de agosto de 1987.
III. — LOCAL — Na sala de reuniões do Comando do Primeiro Centro Intergrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo — CINDACTA I, situado a SHIS QI 05 Lago Sul — Área Militar — Brasília-DF, telefone (061) 248-6454.
IV. — EDITAL — Entrega a partir do dia 14 de agosto de 1987, na seção da Comissão Permanente de Licitações.
V. — HABILITAÇÃO — A presente Tomada de Preços são convidadas as firmas que estejam registradas no Cadastro de Habilitação de firmas do CINDACTA I, conforme prevê os artigos 25 e 28 do Decreto-lei nº 2.300, de 21 de novembro de 1986.

As firmas não habilitadas no registro Cadastral do CINDACTA I, poderão encaminhar os documentos estabelecidos no Anexo II do presente Edital até o dia 28 de agosto de 1987, a Comissão Permanente de Licitações, para o respectivo cadastro.

Brasília-DF, 06 de agosto de 1987

JOÃO ALCIDES DO NASCIMENTO — Ten Cel Int
Presidente da CPL

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE AUDITOR
(CONVÊNIO TCDF-FUB)

EDITAL Nº 13/87

Faço saber aos interessados que o Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal, com base no resultado final do Concurso Público para provimento do cargo de Auditor do Tribunal, publicado no DODF de 14.08.87, e de acordo com o previsto no subitem 3.1, das Disposições Gerais do Manual do Candidato, exarou, no Processo nº 1739/85, o seguinte despacho homologatório:

"Homologo, para que produza efeitos legais, o resultado final do Concurso Público para provimento do cargo de Auditor do Tribunal de Contas do Distrito Federal, realizado mediante convênio com a Fundação Universidade de

Brasília, na forma da classificação dos candidatos aprovados, constante do Edital nº 12/87, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal de 14 de agosto de 1987.

Publique-se.

Brasília, 20 de agosto de 1987

JOEL FERREIRA DA SILVA
Presidente

AFONSO LADISLAU SATAS
Diretor-Geral de Administração

BRB — BANCO DE BRASÍLIA S.A.
DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS E SERVIÇOS GERAIS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS

EDITAL Nº 87/013
EM RESUMO

O BRB — BANCO DE BRASÍLIA S.A., por sua Comissão de Licitação, fará realizar no dia 03 de setembro de 1987, às 16:00 horas na sala de licitações do Departamento de Serviços Gerais, situada no SBS, Quadra 01, Bloco "E", Edifício Brasília, 16º andar, Tomada de Preços para confecção de formulários tipo Jato.

Maiores esclarecimentos, assim como cópia do inteiro teor deste Edital, poderão ser conseguidos no Departamento de Serviços Gerais — endereço acima, no horário de expediente bancário.

Brasília-DF, 17 de agosto de 1987

A COMISSÃO DE LICITAÇÃO

MINISTÉRIO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE MATERIAL

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 013/87

OBJETO DA LICITAÇÃO

Aquisição de uniformes destinados a servidores lotados em diversos órgãos deste Ministério. **Data da abertura** — dia 08 de setembro de 1987, às 15:00 (quinze) horas. **Local** — Edifício Anexo do Ministério do Trabalho, 1º andar, Ala "A", Sala 127, da Divisão de Material. O inteiro teor do Edital de Convocação da Tomada de Preços nº 013/87, será entregue às firmas mediante requisição dos interessados, na sala 138 — Seção de Compras/DM, 1º andar, Ala "A", do Edifício Anexo do Ministério do Trabalho, em Brasília — Distrito Federal.

Brasília, 18 de agosto de 1987

CARLOS OSMAN VICTORINO
Presidente

MINISTÉRIO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE MATERIAL
EDITAL DA TOMADA DE PREÇOS Nº 014/87
OBJETO DA LICITAÇÃO

Aquisição de máquinas de escrever eletrônicas, calculadoras eletrônicas e processador de textos destinados à Secretaria-Geral deste Ministério. **Data da abertura** — dia 10 de setembro de 1987, 15:00 (quinze) horas. **Local**: — Edifício-Anexo do Ministério do Trabalho, 1º andar, Ala "A" — Sala 127 da Divisão de Material. O inteiro teor do Edital de Convocação da Tomada de Preços nº 014/87, será entregue às firmas mediante requisição dos interessados, na Sala 138 — Seção de Compras/DM, 1º andar, Ala "A" do Edifício-Anexo do Ministério do Trabalho em Brasília — Distrito Federal.

Brasília, 20 de agosto de 1987

CARLOS OSMAN VICTORINO
Presidente

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

AVISO

EDITAL Nº 046/87-CL/PMDF — TOMADA DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE VESTUÁRIO EM GERAL (FARDAMENTO). CLASSES: 2301 — 2303.

Data: 09.09.87 — Horário: 09:00 horas
Local DAL - SAI/SO

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, torna público para conhecimento dos interessados, que na data, horário e local acima mencionados, reunir-se-á a referida Comissão a fim de receber documentos de habilitação e propostas para aquisição do material, objeto desta licitação, destinado à Polícia Militar do Distrito Federal.

Os interessados em adquirir cópia do Edital serão atendidos pela Diretoria de Apoio Logístico/PMDF, localizada no SAI/SO — Anexo I do QCG — 1º andar — Sala 42, no horário de 08;30 às 11:30 horas e das 14:30 às 17:30 horas, nas segundas, terças, quartas e sextas-feiras, e nas quintas-feiras, no primeiro horário citado.

Valor do Edital: Cz$ 180,00.

Brasília-DF, 18 de agosto de 1987

ARIVALDO LEONIS BASTOS — Cel. QOPM
Presidente da Comissão de Licitação

(Dias 20, 21 e 24)

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

ESPÉCIE: Termo de aditamento ao Contrato nº 025/86—TCB
CONTRATANTES: Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília e a firma APECÊ Serviços Gerais Ltda.
OBJETO: Prestação dos serviços de conservação, asseio, limpeza de bens móveis e imóveis e jardins da TCB.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 19 de agosto de 1987 a 19 de setembro de 1987
DESPESA DE PUBLICAÇÃO: Contratada
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Despesas correntes — 30.00.00 — Despesas de Cuesteio 31.00.00 — Serviços de Terceiros e Encargos 31.30.00 — Outros Serviços e Encargos — 31.32.00 — Serviços de Limpeza 31.32.18.
DATA DE ASSINATURA: 19.08.87
PELA STCB: Getúlio Góes Ferretti e Gladston Liporaci Barbosa
PELA APECÊ: Evaldo Geraldo Dias

(DAB — Cz$ 203,52)

CONSTITUIÇÕES ESTRANGEIRAS
SÉRIE COM ÍNDICE TEMÁTICO COMPARATIVO

1º volume — Alemanha (RDA), Bulgária, Hungria, Polônia, Romênia, Tchecoslováquia — **Preço = Cz$ 80,00**

2º volume — Costa Rica, Nicarágua — **Preço = Cz$ 50,00**

3º volume — Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe — **Preço = Cz$ 70,00**

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas (Telefone: (061) 211-3578) Senado Federal, Anexo I, 22º Andar — Praça dos Três Poderes, CEP 70160 — Brasília-DF.

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheques nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal, remetido à agência ECT Senado Federal — CGA 470775.

Atende-se, também, pelo sistema de reembolso postal.